

Luana Frigulha Guisso
Ivana Esteves Passos de Oliveira (orgs.)

DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES 4

**Teoria e prática em educação,
ciência e tecnologia**

DIÁLOGO
EDITORIAL

Luana Frigulha Guisso e
Ivana Esteves Passos de Oliveira (orgs.)

DIÁLOGOS

INTERDISCIPLINARES 4:

Teoria e prática em educação, ciência e tecnologia

1ª edição

Vitória
Diálogo Comunicação e Marketing
2023

Diálogos interdisciplinares 4: Teoria e prática em educação, ciência e tecnologia
© 2023, Luana Frigulha Guisso e Ivana Esteves Passos de Oliveira

Projeto gráfico e editoração
Diálogo Comunicação e Marketing

Capa e diagramação
Ilvan Filho

1ª edição

Conselho Editorial

Dr. Marcus Antonius da Costa Nunes

Dra. Luana Frigulha Guisso

Dra. Ivana Esteves Passos de Oliveira

Dra. Sônia Maria da Costa Barreto

Dra. Tatiana Gianordoli

Dra. Juliana Martins Cassani

Apresentação

Este e-book, Diálogos Interdisciplinares 4 - Teoria e prática em educação, ciência e tecnologia, é o compartilhar das pesquisas, realizadas por alunos, com o acompanhamento de seus professores-orientadores, no Mestrado em Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré (UNIVC), com o objetivo de desvelar a construção do saber, consolidado no âmbito acadêmico.

Trata-se de uma coletânea de artigos, os quais, destacam-se como fontes de pesquisa e consulta, reiterando-se, portanto, essa obra, como de relevância, no perscrutar das práticas de sala de aula. As condutas de sala de aula denotam especificidades e singularidades, e evidenciam um processo de aprendizagem multidisciplinar, imprescindível, em tempos atuais.

A obra presta uma contribuição essencial como um legado da produção educacional realizada no Espírito Santo. A coletânea baseia-se em vivências e experiências de cada pesquisador, o que torna a narrativa ainda mais convidativa à leitura, em face ao fato de se traduzir em um conteúdo contextualizado e singular.

Estão em pauta aqui no foco Educacional estudos dos processos de aprendizagem significativa, de atendimento educacional especializado, de uma educação antirracista, da educação patrimonial na preservação da memória cultural, dos desafios da gestão escolar, de processos de inclusão escolar e acerca do papel do professor mediador em conflitos.

Bem como artigos no campo da saúde e do bem-estar, como sobre a atuação do fisioterapeuta na promoção da saúde de diabéticos e hipertensos, de um estudo acerca de um programa audiovisual na programação de atividades físicas direcionados à terceira idade, de atividades físicas motoras, do uso indiscriminado de analgésicos para o alívio da dor e um estudo sobre a violência sexual infantil.

Neste mosaico de estudos acadêmicos procuramos dar a ver um legado do passo a passo da produção realizada por discentes, com o suporte de seus orientadores, no Mestrado da UNIVC. Cada temática é o resultado de uma convivência de aprendizagem, persistência, colaboração e superação dos desafios. E é com muita satisfação que apresentamos mais uma edição dos Diálogos Interdisciplinares.

Ivana Esteves Passos de Oliveira e Luana Frigulha Guisso

Sumário

O USO INDISCRIMINADO DE ANALGÉSICOS PARA ALÍVIO DA DOR: SUAS CAUSAS E EFEITOS PARA SAÚDE	09
Alan Santiago Muri Gama e Giovanni Guimarães Landa	
APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA: PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES DO 6º ANO SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DO DEVER DE CASA	21
Aleziani Scherrer Santos e Yolanda Aparecida de Castro Almeida Vieira	
EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E VALORIZAÇÃO DAS PRÁTICAS CULTURAIS AFRODESCENDENTES PARA A FORMAÇÃO DOS SUJEITOS: RECORTES DE UMA PESQUISA REALIZADA NO CMEI DE UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA NO ESPÍRITO SANTO	36
Ana Luiza de Souza Christófori e André Luís Lima Nogueira	
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DA HISTÓRIA LOCAL PARA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA CULTURAL EM PRESIDENTE KENNEDY-ES	48
Carla Corrêa Pacheco Gomes	
VIOLÊNCIA ESCOLAR NO MUNICÍPIO DA SERRA/ES: A REALIDADE DE UMA ESCOLA	69
Cláudia Mariano Simões	
ATIVIDADE FÍSICA E AS HABILIDADES MOTORAS E COGNITIVAS NO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS: EMEIEF DE JAQUEIRA “BERY BARRETO DE ARAÚJO” – PRESIDENTE KENNEDY/ES	92
Evilásio Mussy Caetano Júnior e Sônia Maria Da Costa Barreto	
VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL: UM ESTUDO ACERCA DO PAPEL DA ESCOLA NA RUPTURA DA CADEIA DE VIOLÊNCIA	112
Gabriela Vieira de Oliveira Piovezan	

OS DESAFIOS DA GESTÃO ESCOLAR NA EMEIEF SANTO EDUARDO – PRESIDENTE KENNEDY/ES: 2020/2021	163
Katia Corrêa Pacheco e Sônia Maria da Costa Barreto	
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AS COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DAS ÁREAS DE CONHECIMENTO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL	182
Kátia Cruz Ferreira Pinto e Yolanda Aparecida de Castro Almeida Vieira	
O ENSINO DE TABUADA ATRAVÉS DE JOGOS PARA OS ALUNOS DO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTALII – ITAPEMIRIM/ES	198
Keila Arcanjo Freitas e Joccitiel Dias da Silva	
AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO DE CONTEÚDO AUDIOVISUAL PARA PROGRAMA DE ATIVIDADES FÍSICAS VOLTADAS À TERCEIRA IDADE	219
Kleyton Corrêa Borges e José Roberto Gonçalves de Abreu	
O PAPEL DO PROFESSOR COMO MEDIADOR: UMA ANÁLISE ACERCA DA PEDAGOGIA TRADICIONAL E DA MEDIAÇÃO	236
Marilda De Souza Pereira Bernardo	
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO SOB A ÓTICA DOS PROFESSORES DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	250
Rita Maria Fernandes Leal Moreira Cacemiro e Edmar Reis Thiengo	
ATUAÇÃO DO FISIOTERAPEUTA NA PROMOÇÃO DA SAÚDE DOS PACIENTES DIABÉTICOS E HIPERTENSOS NA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA DE SANTA LÚCIA, MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY-ES	273
Sara Neves Ribeiro e José Roberto Gonçalves de Abreu	
INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS ESPECIAIS E ACESSIBILIDADE NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY/ES	296
Valdeis Correa Baiense e Marcus Antônio da Costa Nunes	
OS AUTORES	318
AS ORGANIZADORAS	321

VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL: UM ESTUDO ACERCA DO PAPEL DA ESCOLA NA RUPTURA DA CADEIA DE VIOLÊNCIA

Gabriela Vieira de Oliveira Piovezan

1. INTRODUÇÃO

Esse artigo é um recorte de uma dissertação de Mestrado em Ciências, Tecnologia e Educação, elaborado pela autora principal, que traz discussões acerca da importância da Educação à Sexualidade no contexto escolar, com objetivo de promover o conhecimento da criança sobre esse tema transversal, com vistas a diminuir o índice de abuso sexual infantil.

O abuso sexual infantil é considerado uma das piores formas de violência contra crianças e adolescentes e sua incidência é cada vez mais evidente em todas as classes sociais. Para uma criança violentada seu impacto se estende ao longo do tempo, o que o torna também um problema de saúde pública global a curto, médio e longo prazo.

Apesar de ser classificado como uma forma de violência, o abuso sexual infantil apresenta uma série de características que o tornam particularmente difícil de identificar, tanto pelas próprias crianças, que estão sofrendo, quanto pelos adultos em seu ambiente, que tem o dever de agir como figuras protetoras. Diante disso, a escola torna-se um ambiente privilegiado para detectar e responder a situações que ameaçam o bem-estar e o desenvolvimento das crianças, como a violência sexual, sendo esta responsável pela promoção da educação à sexualidade.

Nesse sentido, torna-se essencial a discussão acerca do abuso sexual infantil, através da promoção da educação à sexualidade, na qual a escola passa a assumir o papel de orientar as crianças e adolescentes sobre a sexualidade, a conhecer o seu corpo, a entender quando a relação sexual é saudável e quando não é, a identificar sinais de violência sexual, sobretudo, a incidência de abuso sexual infantil.

A necessidade de abordagem da sexualidade nas escolas surge frente a ausência de um diálogo aberto entre as crianças e adolescentes com seus familiares, e até mesmo por motivos de cultura, religiosidade e valores conservadores, que implantam um tabu na sociedade de que falar de sexo nas escolas é promover o início da vida sexual da criança.

Frente ao exposto, esta pesquisa compreende a necessidade de adoção de medidas educativas que visem prevenir contra o abuso sexual infantil. Assim, o estudo busca responder a seguinte problemática: como a escola pode auxiliar no processo de prevenção e alerta contra o abuso sexual infantil?

Desta forma, o objetivo geral da pesquisa é identificar de que forma os documentos oficiais da educação abordam a temática da violência sexual contra a criança e adolescente, bem como sua prevenção, e se essa temática vem sendo inserida no cotidiano da escola.

Para contribuir com o desenvolvimento da pesquisa, alguns objetivos específicos tornam-se necessários, sendo eles:

- Analisar os documentos oficiais disponibilizados pelo Ministério da Educação (MEC), Estado do Espírito Santo e Município de Itapemirim que abordam o tema da violência sexual contra a criança;
- Analisar as cartilhas educativas que retratam a temática da Educação à Sexualidade;
- Identificar se e de que forma as escolas do município de Itapemirim abordam os assuntos relacionados à educação à sexualidade;
- Verificar, com base na abordagem teórica e nos documentos pesquisados, quais são os sinais, sintomas e consequências da violência sexual contra a criança;
- Descrever o papel da escola na prevenção e intervenção nos casos de abuso sexual contra a criança.

Nesse sentido, esse artigo visa trazer à luz da discussão o atual panorama das orientações quanto a educação à sexualidade e a forma como a escola e/ou

órgãos públicos (Ministério da Educação, por exemplo) tem lidado com isso, o papel dos educadores nesse contexto, e as estratégias de prevenção e intervenção, quando necessário, para se combater o abuso sexual infantil.

É preciso se construir uma resposta coordenada entre pais, professores, gestores e coordenadores escolares, ao abuso sexual infantil de forma a fornecer uma base de conhecimento para o envolvimento desses profissionais no combate a esse problema. Soma-se a isso o fato de que poderá ainda ser uma referência para outros profissionais envolvidos na proteção da criança.

Logo, a importância de se desenvolver este tema voltado para o papel do professor como promotor da prevenção ao abuso sexual infantil tornou-se a justificativa maior para que este trabalho venha propor uma nova discussão com sua pesquisa e os dados obtidos no decorrer da pesquisa.

Para auxiliar no desenvolvimento desse estudo, adota-se como perspectiva metodológica a pesquisa exploratória, que segundo Gil (2002, p. 41) tem “[...] como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torna-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”.

A caracterização da pesquisa exploratória adotada tem fundamentação no objetivo geral desta, que busca discutir como que a escola, como mediadora do ensino-aprendizagem pode auxiliar no processo de prevenção e alerta contra o abuso sexual infantil. Quanto à abordagem, trata-se de uma abordagem qualitativa, com vistas a compreender o papel da escola no processo de identificação de alunos que podem constituir parte estatística de vítimas de violência sexual.

A pesquisa também é caracterizada como uma pesquisa bibliográfica, que de acordo com Gil (2002) compreende a pesquisa realizada mediante informações de materiais já publicados anteriormente, em que constitui ideias e resultados já identificados. A pesquisa bibliografia é utilizada como base para os aportes teóricos, evidenciando conceitos, ideias e pensamentos de outros autores sobre a temática.

Visando contribuir para o desenvolvimento de resultados satisfatórios, a presente pesquisa caracteriza-se também como uma pesquisa documental,

que compreende ao estudo cuja a “[...] coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias” (GIL, 2002, p. 46).

Em relação aos instrumentos de coletas de dados, foram adotados nessa pesquisa o levantamento de materiais bibliográficos, compreendendo a leitura de livros e artigos que discorrem acerca da violência sexual infantil, bem como o levantamento de cartilhas educativas, elaboradas pelo Ministério da Educação e demais órgãos públicos, que abarca sobre o papel da escola frente as políticas de proteção à criança e ao adolescente.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. O que é educação à sexualidade e como tem sido o diálogo sobre sexualidade?

A abordagem da educação à sexualidade nos dias atuais ainda é considerada um tabu, e consiste numa difícil realidade em levar o conhecimento sobre a sexualidade para crianças e adolescentes. Além disso, é um assunto complexo, pelo fato de que a sociedade possui pensamentos diferentes sobre questões relacionadas à sexualidade, seja pela cultura, os valores conservadores, pela classe social, ou até mesmo por pensarem que ao abordar sobre sexualidade para crianças e adolescentes estarão incentivando a prática sexual precocemente (HALSTEAD, REISS, 2003).

No entanto, apesar da ausência de um consenso sobre o que incluir nos programas de educação à sexualidade, Ponzetti (2016) destaca que as escolas podem encontrar valor na compreensão das diferentes perspectivas e como essas perspectivas influenciam as discussões sobre a educação sexual.

No início do século 20, a educação sexual, assim como a educação em saúde e higiene, estava estreitamente concentrada nos aspectos físicos e morais da condição humana. Seu foco imediato na anatomia e fisiologia reprodutiva, junto com a ênfase na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DST's)

excluiu vários aspectos da saúde sexual e do desenvolvimento humano social, emocional e cognitivo intrínseco aos vários domínios interativos da sexualidade humana (ELIA, TOKUNAGA, 2015).

Sobre os aspectos de interação e intersecção da sexualidade Zimmerman (2015) define a educação em sexualidade como um processo vitalício de aquisição de informações e formação de atitudes, crenças e valores sobre tópicos importantes como identidade, relacionamentos e intimidade.

Além disso, ressalta que o objetivo principal da educação à sexualidade é promover a saúde sexual de jovens e adultos, bem como auxiliar os indivíduos a desenvolver uma visão positiva da sexualidade, fornecer-lhes as informações de que precisam para cuidar de sua saúde sexual, e ajudá-los a adquirir habilidades para tomar decisões agora e no futuro (ZIMMERMAN, 2015).

No sentido mais amplo e inclusivo, e já voltado para a sexualidade de crianças e adolescentes, a educação à sexualidade também deve reconhecer a interação de fatores históricos, sociais, políticos, culturais, psicológicos, legais, éticos, religiosos e morais, que incluem dentre outros pontos a conexão social com família, amigos e comunidade relacionada à sexualidade de um e de outros; a segurança sobre sua sexualidade; os aspectos da sua sexualidade e como se alinham com as práticas espirituais e/ou religiosas; e a curiosidade de aprender sobre a própria sexualidade física ou biológica (ELIA, TOKUNAGA, 2015).

Além disso, Crocket et al. (2006) explicam as várias influências do comportamento sexual do adolescente, e que vão desde as influências biológicas (puberdade, fatores genéticos e modelos biosociais); influências socioculturais (família, por exemplo, relações pai-filho, controle parental, comunicação pai-filho, atitudes dos pais sobre sexo adolescente, status socioeconômico, influências de pares); a influenciadores psicológicos e comportamentais (atitudes e valores, desempenho acadêmico, ajuste psicológico e problemas de comportamento).

Segundo Coyle et al. (2016) apesar de existirem evidências limitadas para auxiliar as escolas quanto à adequação do desenvolvimento da educação à se-

xualidade, ainda há alguns objetivos gerais de planejamento curricular que devem ser construídos e desenvolvidos para o público da educação infantil, como forma de promover o conhecimento, visando a proteção da criança, de forma compreensível a idade.

Nesse sentido, compreende-se que dentre os objetivos da educação à sexualidade está o auxílio as crianças visando sua compreensão sobre as estruturas corporais de homens e mulheres e a adquirir conhecimentos sobre seu nascimento. Some-se a isso dar-lhe suporte para aceitar o papel e responsabilidade de seu próprio gênero, adquirindo conhecimento sobre sexualidade. Deste modo, será permitido compreender as diferenças e semelhanças entre os dois gêneros em termos de corpo e mente, estabelecendo uma base para o desenvolvimento futuro e seu relacionamento interpessoal (LOVEGROVE, SHERWIN, 2013).

De acordo com Blackburn (2009) a educação à sexualidade é um tipo de educação holística que ensina um indivíduo sobre a autoaceitação e a atitude e habilidades de relacionamento interpessoal. Ela também ajuda o indivíduo a cultivar um senso de responsabilidade para com os outros e consigo mesmo.

Hoje em dia, com o rápido crescimento informações, os conteúdos sobre à sexualidade estão em toda parte e acaba fatalmente despertando a curiosidade das crianças sobre sexo. Nesse sentido, Silverio Marques (2014) faz o seguinte questionamento em sua pesquisa: quando deve ser dada educação sexual? E por quem?

Assim como a escola, também os pais precisam inculcar conceitos corretos de sexo a seus filhos o mais cedo possível, antes que sejam enganados por revistas indecentes e mídia veicular. Quando as crianças crescem, elas precisam aprender e se adaptar às mudanças fisiológicas e psicológicas em diferentes estágios de desenvolvimento. Daí os objetivos de aprendizagem da educação à sexualidade variarem com a idade das crianças e com o ambiente (SILVERIO MARQUES, 2014).

Para Zimmerman (2015) as crianças precisam de aconselhamento e orientação adequados e contínuos. Assim, como os pais são as pessoas essenciais que acompanham os filhos à medida que crescem, acabam sendo também a pessoa

mais adequada para promover a educação à sexualidade aos filhos. Quanto mais cedo a educação à sexualidade for ministrada em casa, mais cedo as crianças serão capazes de estabelecer conceitos corretos sobre sexo e mais fácil será para a família e a escola lidar com a situação.

Dessa forma, a participação da família na educação à sexualidade é extremamente importante, assim como a escola, para que as crianças entendam seu papel e suas responsabilidades no momento em que irão interagir com outras pessoas. Assim, Dyson (2016) ressalta a necessidade de estabelecer pré-condições para a educação à sexualidade das crianças.

É preciso antes de qualquer coisa compreender a educação à sexualidade, o desenvolvimento psicológico e a perplexidade da criança e adolescente em crescimento. Posteriormente, a necessidade de se construir um bom relacionamento pai-filho e uma base para a interação futura de forma a sempre manter uma atmosfera familiar e harmoniosa. É preciso fazer com que as crianças se sintam amadas e cuidadas (DYSON, 2016).

Fortenberry (2014), por exemplo, destaca que algumas habilidades e métodos educacionais são vitais para se conduzir uma aprendizagem sexual maior e mais saudável. A escolha do momento oportuno e das perguntas e respostas certas podem induzir as crianças a pensar e fazer perguntas voluntariamente sem se sentirem envergonhadas e desrespeitadas.

Assim, para Goldfarb e Constantine (2011), é preciso estabelecer uma relação de confiança e enfatizar o desenvolvimento holístico ensinando os alunos e filhos a terem uma visão correta e esclarecida do sexo, de modo que sejam capazes de se aceitar e afirmar sua autoestima, algo que lhes trará benefícios para o resto da vida deles.

O uso de materiais adequados deve acompanhar o processo da educação à sexualidade o tempo todo, aliado sempre ao desenvolvimento da inteligência das crianças. À medida que eles crescem, é preciso ter respostas mais específicas, até mesmo para a mesma pergunta, de forma a satisfazer sua busca por conhecimen-

to, usando as palavras que eles entendem e através de uma forma de falar e os tons a que estão acostumados (GOLDFARB, CONSTANTINE, 2011).

Segundo Fortenberry (2014) é preciso entender os filhos e a si mesmo, pois só assim será possível se estabelecer uma confiança mútua com eles. Disso decorre a participação nas atividades deles e o compartilhamento de conversas, risos e soluções para entender seu pensamento, sua cultura e melhorar a comunicação quando se tratar de assuntos relacionados a sexo.

É preciso evitar os tons de sermão ou de ordem, com palavras que sejam ofensivas, diante de respostas ou perguntas que retratam total incompreensão deles em relação a assuntos relacionados ao sexo. Isso faz com que se sintam repugnantes e atrapalham de forma direta a comunicação, como “Como você pode ser tão estúpido?”. Ao contrário, seja gentil, paciente e atencioso. Ouça-os com atenção e fale com eles em um tom suave e natural. Diante das opiniões tendenciosas sobre sexo ou quando as opiniões deles são diferentes das suas, não recomenda-se a demonstração de raiva, mas é impreterível entendê-los, ouvi-los e explicar-lhes com calma suas opiniões de forma honesta e objetiva (FORTENBERRY, 2014).

Desse modo, o importante no desenvolvimento da educação à sexualidade é o fato de que a opinião de cada pessoa sobre o sexo pode influenciar de alguma forma a atitude da criança perante a vida. O sexo faz parte da personalidade e a educação à sexualidade de todos e pode ajudar a desenvolver uma personalidade completa. Daí a importância de ser tratada como uma parte importante da educação familiar e ser ministrada também em casa desde a infância (DYSON, 2016).

Partindo-se desse pressuposto, é possível entender que se os pais puderem desenvolver uma boa comunicação com seus filhos, e também adotar os métodos educacionais corretos, será mais fácil o diálogo sobre sexualidade com as crianças e adolescente, bem como fundamental para a proteção da criança frente a violência de abuso sexual infantil.

2.2. Compreendendo o abuso sexual infantil

É fundamental discutir sobre a sexualidade nos dias atuais, visando, sobretudo, a prevenção da ocorrência de violência sexual infantil. Para isso, torna-se essencial a abordagem da educação à sexualidade nas escolas, para que se forneça uma breve visão geral do abuso sexual infantil e dialogar sobre o papel dos educadores na prevenção e resposta a esse processo. É válido ressaltar que os pais têm o direito fundamental de criar seus filhos da forma que julgarem adequada, e a sociedade presume que eles agirão de acordo com os melhores interesses de seus filhos.

No entanto, no momento em que os pais não protegem seus filhos de danos ou satisfazem suas necessidades básicas - como nos casos de abuso sexual infantil - a sociedade tem a responsabilidade de intervir para proteger a saúde e o bem-estar dessas crianças, sendo essas intervenções regidas por leis federais e estaduais, além de padrões profissionais sólidos para sua prática.

Todos os dias, a segurança e o bem-estar de muitas crianças estão ameaçados pelo abuso e negligência de seus pais e cuidadores e, intervir de forma eficaz na vida delas e de suas famílias, deixou de ser uma responsabilidade exclusiva da família ou do próprio Estado, tornando-se uma preocupação comum à toda sociedade.

O impacto que a exposição à violência tem em todas as áreas do desenvolvimento infantil é inegável. Em relação ao desenvolvimento da educação, vários estudos sugerem que a violência contra crianças tem consequências nas chances de sucesso escolar, levando a piores resultados educacionais, maiores níveis de absenteísmo, repetência e risco de abandono escolar precoce.

Segundo Davis e Gidycz (2000) o envolvimento de uma escola na prevenção deve ser dividido em programas desenvolvidos na própria escola, sejam comunitários ou através de ações individuais por parte dos educadores, uma vez que o abuso sexual de crianças é um tipo de violência contra crianças que pode se manifestar de formas diferentes e possui características específicas que precisam ser compreendidas para proporcionar uma proteção e prevenção eficaz às crianças.

Quanto à definição, apesar de existirem diferentes perspectivas dos pesquisadores, há um amplo consenso em torno do estabelecido pela Organização Mundial de Saúde (WHO, 2006), que descreve o abuso sexual infantil como:

[...] o envolvimento de uma criança em uma atividade sexual que ela não compreende completamente, é incapaz de dar consentimento informado, ou para o qual a criança não está preparada para o desenvolvimento e não pode dar consentimento, ou que viola as leis ou os tabus sociais da sociedade. O abuso sexual infantil é evidenciado por esta atividade entre uma criança e um adulto ou outra criança que por idade ou desenvolvimento está em um relacionamento de responsabilidade, confiança ou poder, sendo a atividade destinada a satisfazer ou satisfazer as necessidades da outra pessoa (WHO, 2006, p. 1).

O abuso sexual infantil é, na maioria dos casos, uma experiência com um componente traumático inquestionável que interfere no desenvolvimento adequado da criança e afeta várias áreas de sua vida. Segundo Echeburúa e Guericachevarría (2000) as consequências psicológicas em curto prazo em vítimas de abuso sexual infantil, mostram sua alta frequência e diversidade. Somente entre 20 e 30% das vítimas permaneceriam emocionalmente estáveis após essa experiência, embora pudessem eventualmente desenvolver efeitos posteriores que teriam sido latentes.

Em relação à dinâmica que envolve abuso sexual infantil, Finkelhor e Jones (2012) relata que ela difere do abuso sexual de adultos, sendo crucial entender suas particularidades para garantir uma melhor prevenção e detecção de violência contra crianças e adolescentes, o que será abordado mais à frente.

Diante da necessidade de uma postura eficiente do professor de educação fundamental I como indutor da prevenção e resposta ao abuso sexual infantil, é preciso, antes de qualquer coisa, se trabalhar alguns conteúdos em sala de aula sendo necessário para isso identificar os conhecimentos prévios que os alunos possam ter sobre cada um dos temas das diferentes áreas temáticas propostas.

Trata-se de uma análise que permitirá avaliar de que forma abordá-los, avaliar o nível de compreensão, detectar deficiências e identificar como continuar trabalhando de acordo com o momento evolutivo dos alunos também. E essa análise pode ser feita através de grupos de debate, questionários sobre tópicos específicos, exercícios reflexivos e dinâmica de grupo, levando-se em conta o tipo de conteúdo a ser avaliado de forma que as atividades ajudem a reconhecer conceitos, atitudes, habilidades interiorizadas e as diferentes abordagens que os ajudem a pensar sobre como reagir a problemas e identificar situações de sofrimento, tendo sempre em mente a melhor forma de prevenção e proteção contra o abuso sexual infantil.

Diante dessa realidade, é possível entender que todos os dias, a segurança e o bem-estar de muitas crianças estão ameaçados pelo abuso sexual e negligência de seus pais e cuidadores, e, intervir de forma eficaz na vida delas e de suas famílias, deixou de ser uma responsabilidade exclusiva da família ou do próprio Estado, tornando-se uma preocupação comum da sociedade.

Scherer et al (2003) é enfático quando diz que reconhecer e denunciar o abuso sexual infantil é importante para evitar que continue ou se repita. Nisso reside o envolvimento da escola no trabalho de prevenção e detecção desses casos, em virtude da qualificação e experiência da equipe e da posição que ocupa na comunidade. E esse envolvimento deve se dar através de ações preventivas e de combate ao abuso sexual infantil dividido em programas desenvolvidos na própria escola, na sociedade e em ações individuais por parte dos educadores.

Para Hébert et al (2001) os educadores estão em uma posição única para fornecer um apoio valioso a crianças vítimas de abuso e maus-tratos, pois possui a especialização necessária para avaliar necessidades especiais e programas específicos para atendê-los. Existem vários educadores treinados e habilidosos na lida com crianças e pais e que podem ser de grande valia para aqueles que sofrem ou sofreram algum tipo de abuso ou maus-tratos.

Segundo Hébert et al (2001) cada vez mais, os educadores estão oferecendo assistência e apoio aos funcionários de serviços de proteção à criança, compar-

tilhando informações relevantes sobre famílias e crianças depois que elas foram relatadas; prestação de serviços à criança, aos pais e à família; e participando de equipes multidisciplinares. As escolas também estão ativamente envolvidas nos esforços da comunidade para reduzir a incidência de maus-tratos infantis.

Além disso, segundo Davis e Gidycz (2000), os educadores devem estar atentos aos casos em que os colegas de turma podem ter ouvido sobre o abuso ou ações subsequentes, incentivando-os a fazer perguntas ou oferecer apoio e confiança, desde que com cautela e ética para que suas preocupações ou comentários não firam as questões de confidencialidade.

2.3. Dinâmica e sinais do abuso sexual infantil

O abuso sexual infantil é considerado uma violação dos direitos humanos universais, além de ser considerado violação à pessoa em desenvolvimento, afetando a integridade física e psicológica da criança e adolescente, bem como violando o respeito, à dignidade, a moral e a proteção integral do indivíduo.

Segundo Catarino e Almeida (2017) diversas são as formas de violência sexual infantil, podendo ocorrer por meio de contato físico ou até mesmo sem a presença de contato físico, o que torna esse tipo de violência mais difícil de ser identificado, “pois na maioria dos casos não apresenta marcas físicas em lugares mais observáveis” (CATARINO, ALMEIDA, 2017, p. 5).

Outro fator preponderante para dificultar a identificação da violência sexual infantil ocorre devido as dificuldades que a criança ou adolescente possui em se expressar espontaneamente sobre a violência, sendo inclusive ameaçada pelo agressor para não contar a ninguém sobre o ocorrido, manipulando-a em forma de segredo (CATARINO, ALMEIDA, 2017).

Para Finkelhor (2012) muitas crianças se sentem presas e desamparadas e escolhem o silêncio como a opção mais segura, geralmente desenvolvendo um comportamento acomodatório que lhes permite sobreviver ao abuso, controlar os

danos e passar despercebido. Além disso, a criança pode se sentir ameaçada, já que às vezes o adulto possui fotos ou vídeos dele, o que pode aumentar o sentimento de culpa e vergonha.

A WHO (1999) ressalta que, infelizmente, na maioria das vezes, a divulgação raramente ocorre e, quando acontece ela se dá anos depois, num processo gradual, com a criança tentando explicar o que está acontecendo da única forma que conhece ou se sente capaz. Na visão de Finkelhor (2012), se os adultos próximos à criança não forem sensíveis ao problema, eles deixarão de entender ou reagir adequadamente, o que leva a aumentar a angústia e pode levar à retração da divulgação.

Davis e Gidycz (2010) relatam que em relação aos sinais de abuso sexual da criança, é preciso levar em consideração as consequências iniciais da criança ou adolescente vítima de abuso sexual, tanto no campo físico quanto psicológico, porque são ao mesmo tempo indicadores. Dessa forma, torna-se necessário conhecer detalhadamente esses sinais e estar alerta quando eles são apresentados em um menino ou menina.

De acordo com Crosson-Tower (2002c) os indicadores de abuso sexual infantil, no entanto, são muito diversos e não nos permitem falar de uma “síndrome infantil abusada” ou um conjunto de sintomas definidores, pois não há sintomas exclusivos e inequívocos que detectem um caso de abuso sexual infantil com total certeza e confiabilidade.

É importante mencionar que os sintomas dependem da criança e algumas delas podem apresentar sintomas desde o início, enquanto outras podem desenvolvê-los em fases posteriores da vida. Daí a importância de os professores terem em mente o fato de que, mesmo que não haja sintomas, não significa que a criança não seja uma vítima, pois muitos sinais de abuso são inespecíficos e devem ser considerados no contexto social e familiar da criança (CROSSON-TOWER, 2002a).

Para Cicchetti e Carlson (2009) é importante estar aberto a explicações alternativas para sinais físicos ou comportamentais de abuso. No nível físico, alguns indicadores que precisam ser levados em consideração são infecções recorrentes

do trato urinário, dificuldades para caminhar ou sentar, dor, inflamação ou prurido na área genital, dor ao urinar, roupas íntimas manchadas ou quebradas sem explicações confiáveis, choque, queimaduras e lesões nos órgãos genitais externos ou na área anal, entre outros.

Além disso, Pereda et al. (2009) explica que os principais indicadores de abuso sexual infantil estão principalmente ligados às áreas emocionais e comportamentais da criança. Entretanto, é importante ressaltar que, embora a parte física não seja a mais relevante na detecção desses casos e os profissionais que trabalham nas escolas não devam ser especialistas, é necessário conhecer os indicadores mais importantes, levando em consideração que, em muitas ocasiões, o abuso sexual não implica contato físico entre o agressor e a vítima, ou, se houver, os indicadores que podem ser encontrados são raros, extraordinariamente variáveis e, em muitos casos, compatíveis com outro tipo de lesão não relacionada à experiência de abuso sexual, causando ser muito difícil detectar esses casos a partir de evidências físicas (PEREDA et al., 2009).

2.4. O papel da escola na prevenção e enfrentamento do abuso sexual infantil

A exposição da criança e adolescente à violência impacta negativamente no seu desenvolvimento, seja nos aspectos emocionais, psicológicos, intelectual, e principalmente no desenvolvimento integral, afetando também o seu ensino-aprendizado, resultando em consequências nas chances de sucesso escolar, contribuindo para obtenção de resultados educacionais ruins, além de maiores níveis de absenteísmo, repetição e risco de abandono escolar precoce (ECKENRODE et al., 2012)

Macdonald e Frey (2009) entendem que o abuso sexual de crianças é, na maioria dos casos, uma experiência com um componente traumático indiscutível que interfere no desenvolvimento adequado da criança e afeta várias áreas de sua vida, inclusive a escolar.

Para Leiter e Johnsen (2004), a maioria dos estudos realizados sobre consequências psicológicas em curto prazo em vítimas de abuso sexual infantil, mostram sua alta frequência e diversidade onde entre 20 e 30% das vítimas permaneceriam emocionalmente estáveis após essa experiência, embora possam eventualmente desenvolver efeitos posteriores que seriam latentes.

Nesse sentido, a escola assume um papel primordial no enfrentamento do abuso sexual infantil, que através da ação de seus professores desenvolvem ações pedagógicas que atuem na prevenção e proteção das crianças, até mesmo pela responsabilidade que tem sobre o cuidado e bem-estar de seus alunos (FINKE-LHOR, 2012).

De acordo com Kenny (2011) a escola é um ambiente privilegiado para impedir, reconhecer e intervir em situações que ameçam o bem-estar e o desenvolvimento das crianças. Assim, elas devem garantir um ambiente seguro para as crianças de forma que se possa acompanhar sua evolução a fim de notificar às autoridades competentes qualquer situação identificada de vulnerabilidade.

Segundo Crosson-Tower (2003) as escolas são eficazes pela capacidade que tem de implementar programas de educação escolar para prevenção de abuso sexual infantil e adaptá-los a diferentes idades e níveis cognitivos. Esses programas têm como objetivo evitar o abuso sexual infantil e fornecer aos alunos conhecimentos e habilidades para reconhecer e evitar situações potencialmente abusivas sexualmente e com estratégias para impedir abordagens sexuais por parte dos agressores.

Eles também devem informar sobre a ajuda apropriada em caso de abuso ou tentativa de abuso e equipar os adultos com estratégias para responder de forma rápida e efetiva às divulgações, de onde as salas de aula oferecem grandes oportunidades para promover discussões e reflexões sobre todas essas questões (CROSSON-TOWER, 2003).

É imprescindível que a prevenção inicie desde a escola primária, visto que a vitimização de crianças é observada em todas as faixas etárias. Além do trabalho

de prevenção, os professores têm um papel importante quando se trata de identificar possíveis casos de abuso sexual, pois estes são vistos pelas crianças como adulto de confiança, localizado fora da família e das redes de pares, com maior probabilidade de receber uma divulgação de abuso sexual (JOHNSON, JOHNSON, 2009).

Para Crosson-Tower (2003), além da divulgação de abuso, as escolas também têm um papel único na identificação de preocupações de salvaguarda e no início de uma intervenção. Como elas são um dos poucos lugares em que as crianças são vistas quase diariamente, os educadores têm a chance de acompanhar e identificar mudanças na aparência e no comportamento da criança e adolescente.

Assim, toda comunidade escolar, compreendendo desde os professores em sala de aula a pedagogos, coordenadores, assistentes sociais, psicólogos e gestores, todos, se tornam parte integrante da equipe educacional para ajudar crianças que podem estar enfrentando dificuldades para superar os efeitos danosos do abuso sexual.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo apresenta-se os resultados obtidos com a análise documental das cartilhas de orientação sobre educação à sexualidade, que são compostas de materiais gráficos e educativos que tem como objetivo abordar as temáticas do consentimento, do direito a dizer não, do conhecimento e identificação das partes do corpo e da autonomia corporal.

Também constitui parte integrante deste capítulo a análise dos demais documentos de órgãos públicos voltados à temática da educação à sexualidade, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's): Tema Transversal Orientação Sexual, elaborado pelo Ministério da Educação, que compreendem o conjunto de textos utilizados na elaboração dos currículos escolares em todo o país e que, apesar de sua ministração não serem impostas às escolas, servem como norte para elaboração dos próprios planos de ensino.

Além disso, este capítulo também trará os resultados quanto ao levantamento de documentos oficiais na Secretaria Estadual de Educação (SEDU) e no Município de Itapemirim/ES, com finalidade de discutir quanto a abordagem da educação à sexualidade para crianças e adolescentes.

3.1. O que dizem os PCN's sobre o abuso sexual

Mediante análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) elaborado pelo Ministério da Educação, observa-se que este documento dialoga com o contexto da educação a sexualidade como uma orientação aos profissionais da educação sobre a temática, com fulcro a discutir a sexualidade como um tema fundamental para uma vida saudável, vez que essa temática está atrelada ao ser humano, constitui parte de quem somos, do respeito a si mesmo e ao outro e a diversidade do gênero.

Também verifica-se que a discussão proposta pelos PCN's Orientação Sexual consiste em uma introdução na forma de orientação a vida sexual das crianças e adolescentes, que em muitas situações não recebem orientação dentro do âmbito familiar, e ou inclusive sobre violências sexual intrafamiliar e extrafamiliar, pela ausência de informações e orientação sexual.

Ao decorrer da análise dos PCN's Orientação Sexual, pode-se observar uma breve crítica realizada sobre o tabu que é discutir a educação a sexualidade no âmbito familiar, vez que, a abordagem trazida pelos PCN's enfatiza que a orientação sexual não é algo que ocorre apenas quando se fala abertamente sobre o assunto. Ela ocorre através dos comportamentos presenciados pelas crianças e adolescentes dentro de casa, pela relação entre pais e filhos, o cuidado, as expressões, os gestos, a relação entre os pais, que são apontados pelos PCN's como carregados de valores relacionados a sexualidade.

Os PCN's Orientação Sexual trazem em seu arcabouço teórico, como o próprio nome diz, orientação as crianças e adolescentes sobre o início da vida sexual, não de forma a incentivar a prática sexual como um prazer, mas sim, como forma

de conhecer ao próprio corpo, entender as mudanças que ocorrem conforme alcançam a idade da puberdade, compreender a sexualidade no âmbito biológico, e principalmente enfatizar o respeito sobre o corpo e o gênero.

Assim, dada a análise, observa-se que os PCN's Orientação Sexual surgem como uma orientação no âmbito escolar sobre as questões voltadas a sexualidade, enfatizando sobretudo, o respeito próprio corpo e a orientação sexual de cada indivíduo, sendo isso competência de cada indivíduo.

Em análise aos PCN's Orientação Sexual também verifica-se sua abordagem como tema transversal, ou seja, indo muito além das questões a sexualidade no âmbito individual, estabelecendo assim, relações com questões sociais e culturais que são denominados problemas de políticas públicas, como aumento no índice de gravidez na adolescência, de doenças sexualmente transmissíveis. Apoiada nas ideias de Pariz, Mengarda e Frizzo (2012), podemos atribuir esse aumento no índice de gravidez na adolescência como uma ausência da atuação das escolas, em discutir sobre a sexualidade e em atuar como caráter informativo dos métodos contraceptivos existentes, vez que, há políticas públicas de educação voltadas a orientação sexual, sobretudo, uma ausência da atuação práticas das instituições de ensino.

No entanto, em análise aos PCN's: Tema Transversal Orientação Sexual, elaborado pelo Ministério da Educação, não foi possível identificar uma abordagem direta e clara sobre a violência sexual infantil, como ocorre nas cartilhas educativas, como o Guia Escolar: Identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (SANTOS, 2011); Campanha de Prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes – Cartilha Educativa (BRASIL, 2020) e a cartilha, Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: identificação e enfrentamento (MTDFT, 2015), sendo apenas identificado nas abordagens de Relações de Gênero, Relação escola-famílias e o Trabalho com Orientação Sexual em Espaço Específico, a importância do educador em dirigir o conteúdo pedagógico dentro dos limites estabelecidos pelos parâmetros, que constitui na abordagem da educação à sexualidade sem invadir a intimidade do aluno.

Além disso, observou-se também que os PCN's: Tema Transversal Orientação Sexual não adquire caráter de aconselhador ou psicoterapêutico, sua atuação deve ocorrer especificamente no contexto pedagógico, abordando diferentes temáticas sobre sexualidade, como por exemplo, o índice de violência sexual, de doenças sexualmente transmissíveis, o índice de gravidez, dentro dos limites da atuação pedagógica, ou seja, promovendo o conhecimento e a discussão sobre esse tema transversal em sala de aula.

Embora, a Orientação Sexual proposta pelos PCN's não abarca o caráter de conselheiro e psicoterapêutico, observa-se que os PCN's orientam que, quando identificado uma situação que merece atenção especial e individual, por questões pessoais, ou seja, por questões que impliquem em uma suspeição de casos de violência e/ou abuso sexual, ou gravidez, por exemplo, a criança e/ou adolescente deve ser encaminhado para o atendimento especializado (BRASIL, 1997).

É importante frisar que os PCN's Orientação Sexual, enfatiza a autonomia e responsabilidade do educador em identificar manifestações que podem ensejar em problemas de violência sexual, por exemplo, ao identificar situações em que as crianças e adolescentes demonstram uma curiosidade anormal pela sua idade sobre a sexualidade, ou dúvidas que denotem e especulam uma ação de violência infantil, por exemplo, vez que, na maioria das ocorrências de violência e/ou abuso sexual a criança e adolescente se sentem envergonhados, ameaçados e não conseguem depositar a confiança no adulto.

Quanto a atuação do educador para promover a discussão da educação à sexualidade nas escolas, assemelhamos nosso entendimento aos estudos de Spaziani e Maia (2015), dada a importância do educador para a orientação e divulgação de informações sobre a sexualidade as crianças, vez que, quanto maior a informação e conhecimento sobre esse tema transversal, mais as crianças e adolescentes estão protegidos de situações de violência sexual, dado que a ausência de informação é imputada como condição de vulnerabilidade, uma vez que as crianças e adolescentes tornam-se alvos de interesse de agressor e abusador sexual.

Prosseguindo nossa análise, verificou-se que os PCN's também fazem uma abordagem referente a violência com base nas violências associadas ao gênero (violência entre crianças), em que as crianças do sexo masculino possuem uma força física que geralmente é maior que das meninas, e esse fato pode ensejar em situações de coerção, agressão ou abuso sexual. Neste caso, os PCN's enfatizam que cabe ao educador intervir nessas situações, denunciando o ato ocorrido, quanto afirmado a existência de violência e/ou abuso pela vítima, ou nos casos em que há uma suspeita, encaminhando assim as autoridades competentes, como o Conselho Tutelar ou autoridade correspondente.

Assim, a escola só tem autonomia para intervir nos casos em que for identificado violação dos direitos da criança e do adolescente, como nos casos de violência sexual infantil, por exemplo, em que as escolas atuam em caráter assistencialista, ou seja, deverá de imediato comunicar ao Conselho Tutelar da região, ou autoridade competente.

Em análise aos PCN's: Tema Transversal Orientação Sexual com fulcro aos sinais, sintomas e consequências da violência sexual contra crianças e adolescentes, este documento, ao olhar da pesquisadora, não traz uma abordagem clara sobre esses aspectos inerentes aos sinais e sintomas, sendo identificado apenas nas cartilhas educativas elaboradas por outros órgãos, que serão apresentadas no item 4.2.

Todavia, é importante enfatizar nesta discussão, que foi através da elaboração dos PCN's Orientação Sexual que a sexualidade configurou um assunto preocupante no Brasil, chamando atenção dos órgãos regulamentadores da Saúde e da Educação, em razão do elevado índice de contaminação do HIV-AIDS, e crescente índice de gravidez na adolescência, que é dado como um problema de políticas públicas da saúde.

Contudo, sua aplicabilidade na prática ainda é considerada um "tabu", o que pode ser confirmado nos estudos de Baracuhy e Pereira (2020) que denomina a ausência da aplicabilidade como discursões silenciadas e de resistência, muita das vezes pelos próprios pais dos alunos, que ainda tratam a sexualidade como um assunto restrito às crianças, ou também pela ausência da abordagem da educação a

sexualidade dentro das escolas estaduais, municipais e federais, vez que, apesar da existência dos PCN's Orientação Sexual, cabe as escolas estabelecerem essa abordagem nos planos pedagógicos elaborados por cada instituição.

Assim, considerando os objetivos iniciais propostos, verifica-se uma ausência no documento Parâmetros Curriculares Nacionais: Orientação Sexual, quanto a indicação dos sinais, sintomas e consequências da violência sexual infantil. Ao que pese, por tratar-se de um documento oficial elaborado pelo Ministério da Educação, era fundamental que abarcasse uma orientação mais profunda sobre a temática, que inclusive serviria como base para as instituições escolares na elaboração de cartilhas e projetos educativos voltados a educação à sexualidade, bem como auxiliaria os professores na identificação de sinais de abuso e/ou violência sexual infantil.

3.2. O que dizem as cartilhas?

Buscando promover um estudo sobre o que as cartilhas educativas tem abordado acerca da educação à sexualidade, principalmente a orientação quanto a identificação de sinais e comportamento que permitam identificar vítimas de abuso sexual infantil, este item trata em discussão uma abordagem sobre uma amostra de cartilhas educativas.

Dentre as cartilhas selecionadas para análise, através de uma busca documental na base de dados do Google e de órgãos do governo federal, como Ministério da Educação e Ministério Público, estão: o Guia Escolar: Identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; Campanha de Prevenção a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes – Cartilha Educativa; Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: identificação e enfrentamento; Aprendendo a Prevenir: orientações para combate ao abuso sexual contra crianças e adolescentes; Infância Violada: orientações de enfrentamento ao abuso sexual infantil; e Um país que quer ser grande tem que proteger quem não terminou de crescer.

Essas cartilhas foram elaboradas por órgãos públicos e instituições privadas, a fim de promover a educação da sexualidade, quebrando o tabu de falar

de assuntos inerentes ao sexo para crianças e adolescentes, não como forma de incentivar a relação sexual precoce, ao contrário, como forma de prevenir a incidência de violência sexual infantil.

Convém destacar que, ao buscar materiais sobre a educação à sexualidade ou orientações acerca do assédio ou abuso sexual na Secretaria Municipal de Educação do município de Itapemirim/Es, bem como na Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Espírito Santo, identificou-se a inexistência de quaisquer materiais ou projetos nestes órgãos que levassem para dentro da escola a abordagem dessa temática. Assim, ficou claro que não há qualquer abordagem ou projetos sobre a Educação à Sexualidade ou sobre Violência Sexual no contexto escolar no município citado.

3.2.1. CARTILHA 1 - Guia Escolar: Identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

Esta cartilha tem origem de um projeto realizado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro juntamente o Ministério da Educação e a SECADI. O objetivo primário desta cartilha em formato de Guia Escolar é promover uma discussão nas Universidades, redes de ensino e redes de proteção à criança e ao adolescente, em âmbito nacional, com fulcro a introduzir a educação a sexualidade das escolas.

Esse Guia Escolar surge como metodologia de complementação pedagógica que veicula a abordagem da sexualidade dentro das escolas, tornando a escola um espaço para promover a conscientização dos Direitos Fundamentais da criança e do adolescente, bem como a construção do ser social, visando a cidadania, respeito e solidariedade.

Assim, o Guia Escolar compreende a uma sistematização que envolve o debate e pesquisas voltadas sobre a educação a sexualidade, com objetivo de orientar na identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, compreendendo como uma necessidade dos Direitos Humanos (SANTOS, 2011).

A intenção na elaboração desta cartilha não configura apenas uma iniciativa de promover a educação da sexualidade. Esse guia compreende a importância do ambiente escolar em saber identificar os sinais de abuso e violência sexual contra crianças e adolescentes, e compreende que a promoção da orientação a sexualidade é um tema transversal pouco explorado, e que há necessidade da construção de uma formação continuada, a fim de capacitar os professores e gestores das escolas de ensino fundamental e médio, para a elaboração de ações e projetos pedagógicos que tragam esse tema para discussão em sala de aula (SANTOS, 2011).

Essa iniciativa da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro juntamente o Ministério da Educação e a SECADI busca disseminar o aprendizado e a compreensão de crianças e adolescentes sobre a sexualidade, enfatizando aspectos como a forma de identificar ações de violência e abuso sexual.

Este Guia Escolar também propõe a discussão sobre a convivência e a multiculturalidade, de criar um espaço educacional que debata assuntos transversais, que fazem parte da cultura brasileira e do mundo. Assim, a ênfase em interiorizar os valores e comportamentos compõem o objetivo desse Guia Escolar.

Desse modo, o documento apresenta sua definição acerca do abuso e a distinção entre a exploração sexual comercial. Assim, o Guia Escolar define o abuso sexual como ato que viola a dignidade sexual da criança e adolescentes, que tende a ocorrer frequentemente no contexto intra e extrafamiliar. Já a exploração sexual comercial é definida como o ato de prostituir criança e adolescentes (SANTOS, 2011).

O Guia Escolar ressalta que ambos constituem-se questões de violência sexual, no entanto, o índice de abuso sexual é maior do que os de exploração sexual. Outro fator preponderante é que o abuso sexual ocorre com frequência dentro dos próprios lares, sendo o abusador a figura do pai, padrasto, tio, avô, ou seja, o homem, o que concomitantemente impede que muitos casos de abuso sexual sejam denunciados.

Em relação ao índice de abuso sexual, convém ressaltar que o Guia Escolar enfatiza a abordagem do abuso sexual como um crime, estabelecido pelo Estatuto

da Criança e do Adolescente (ECA) nos anos de 1990, que em consonância com outras normas e acordos internacionais, o crime de abuso sexual e a exploração sexual comercial deixou de ser considerado apenas crime contra liberdade sexual, e passou a ser tratado como violação aos direitos humanos, que fere o direito ao respeito, à dignidade, à liberdade, à convivência familiar e perante a sociedade, e ao próprio desenvolvimento sexual do indivíduo.

Considerando os conceitos, as causas e as consequências da violência sexual contra crianças e adolescentes, o Guia Escolar compreende que o termo violência sexual é generalizado, visto que abrange vários tipos de violência, e compreende a importância em abordar cada tipo de forma distinta e interconectada. Assim, o Guia Escolar discorre sobre as causas e consequências individualmente, considerando o conceito de violência sexual, abuso sexual e a exploração sexual comercial.

No entanto, apesar das distinções de conceitos, pode-se constatar que o Guia Escolar relata que no tocante as consequências, ambos tipos de abuso sexual possuem aspectos semelhantes. O documento aponta que em ambas as situações as crianças e adolescentes são submetidos a situações consideradas abusivas, em que ocorre através do processo de sedução; do segredo, quando o autor e a vítima encontram-se sozinhos; a desproteção, visto que as crianças são ensinadas a desconfiar de estranhos e confiar somente em pessoas próximas, e na maioria dos casos o abusador é familiar à vítima; o aprisionamento e a adaptação, que constituem o processo de vivência após o ato de violência cometido; as implicações conflitantes da revelação, no qual muitas das vítimas são desacreditadas pela própria família; e a retratação, que frente as consequências da revelação, a vítima tenta amenizar desmentindo a afirmação de vítima de abuso (SANTOS, 2011).

Frente a diversas consequências oriundas da violência sexual, a criança e adolescente buscam de várias maneiras avisar sobre o abuso e as situações de violência sexual, e quase sempre buscam se comunicar de forma não verbal, até por medo de que se falar diretamente acontecer algo pior, pois a criança e adolescente se sente insegurança e desprotegida.

Diante disso, o Guia Escolar descreve em sua cartilha os principais sinais e comportamentos típicos de uma criança ou adolescente que foi assediada ou abusada sexualmente. A cartilha busca através da abordagem dos sinais de abuso orientar ao educador a enxergar esses sinais para que a escola como espaço educador e como a segunda “casa” da criança e do adolescente possa receber orientação e ajuda quanto aos problemas enfrentados de abuso sexual.

De acordo com o Guia Escolar (SANTOS, 2011) os sinais de ocorrência de abuso podem ser identificados através de sinais corporais e provas materiais e sinais de comportamento ou provas imateriais, que se subdividem em comportamento e sentimento da criança, na sexualidade, e nos hábitos e cuidados corporais e higiênicos.

Verifica-se que os sinais corporais se constituem como àqueles ligados a saúde da criança, compreendendo o desenvolvimento de doenças sexualmente transmissíveis, como a Aids, que podem ser identificadas mediante a relatos de dor ou incomodo na área genital. A gravidez precoce ou o aborto também são sinais de abuso sexual, em razão do ato cometido sem possuir o consentimento da vítima, tão pouco ser realizado de forma saudável, ocasionando na gravidez e consequentemente na rejeição pelo bebe.

Já as provas materiais, o Guia Escolar aponta as roupas manchadas de sangue ou rasgada, roupas de cama manchada de sangue ou com resquícios de sêmen, por exemplo. Além dos sinais corporais e das provas materiais, o Guia Escolar orienta quanto a identificação de abuso sexual através de sinais comportamentais ou provas imateriais. A priori, os sinais comportamentais ou provas imateriais são subdivididos em categorias que permite ao educador identificar uma vítima de abuso, mediante ao seu comportamento ou aspectos emocionais, a sexualidade e aos hábitos de cuidado e higiene corporal.

Com base na Cartilha, constata-se que esses sinais comportamentais e de provas imateriais são, no ponto de vista desta pesquisadora, o que mais impacta no desenvolvimento da criança, pois a criança ou o adolescente deixa de assumir

o comportamento “normal” de uma criança/adolescente e passa a fazer questionamentos acerca de temas voltados a sexualidade.

As dúvidas sobre sexualidade, a representação mediante desenhos de órgãos genitais, as brincadeiras envolvendo assuntos sexuais, são assuntos que por mais que sejam tratados pela educação a sexualidade, são vistos como assuntos que não fazem parte do cotidiano de uma criança ou adolescente que não possuem uma relação sexual ativa.

Frente a identificação desses questionamentos, é possível que o educador identifique uma criança ou adolescente que possa ter sido abusado sexualmente, e a partir disso, começa a observar as atitudes dessa criança e a adotar uma ação pedagógica junto a família para verificar a ocorrência ou não de um abuso sexual.

Outro fator que pode ser crucial para identificar uma vítima de abuso, são os comportamentos, como o medo de ficar sozinha com alguém do sexo oposto, o medo de lugares escuros e fechados, a tristeza, o sentimento de culpa, ou até mesmo os comportamentos mais agressivos.

Após orientação de identificação dos sinais de abuso sexual, o Guia Escolar auxilia o educador a notificar os casos de suspeita e ocorrência de violência sexual. Nesse ponto, ressalta-se que conforme artigo 13, do Estatuto da Criança e do Adolescente, quando identificados casos de suspeita ou confirmação de violência sexual ou qualquer ato que constitui em maus-tratos contra a criança e adolescente, deve-se imediatamente comunicar ao Conselho Tutelar da região, sem ensejar em quaisquer prejuízos para demais providências legais (BRASIL, 1990).

O Guia Escolar defende a importância da escola em notificar os casos de violência sexual, ainda que seja apenas uma suspeita, visto que o ato de denunciar contribui para que se interrompa o ciclo de violência sexual, seja intra ou extrafamiliar, que em alguns casos é passado em gerações. De acordo com o Guia Escolar, é importante a notificação deste crime, vez que, quando não notificado pode ensejar em consequências gravíssimas para a vida da criança e adolescente (SANTOS, 2011).

A orientação do Guia Escolar para notificação de uma suspeita ou ocorrência de violência sexual, primeiramente é a notificação ao Conselho Tutelar ou a uma delegacia de polícia, para que o caso seja investigado, analisado e identificado se de fato houve a violência sexual para adoção de medidas cabíveis, como o afastamento do convívio familiar, nos casos que o abusador seja da própria família, como estabelecido pelo artigo 101, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Nos casos em que a vítima de abuso sexual procurar o educador para pedir ajuda, é importante que este saiba agir para que a criança não se sinta traída, conversando com ela e explicando quais os próximos passos a serem adotados para que receba a ajuda necessária.

O Guia Escolar também evidencia a importância do educador na abordagem da criança ou adolescente, para que este possa manifestar o desejo de falar sobre o ocorrido, testemunhando principalmente no caso. De acordo com este guia, a abordagem do educador para com a criança ou adolescente deve ser cuidadosa, ressaltando a importância desse em saber como proceder a comunicação, evitando certas expressões, como faça de conta que, ou imagine que, expressões que refletem sinônimos de fantasias e jogos, e dando atenção a tudo o que a vítima relatar.

Também é fundamental que se utilize uma linguagem simples, clara e objetiva com a criança ou adolescente, vítima do abuso sexual, sendo imprescindível o uso das mesmas palavras utilizadas pela vítima ao se referenciar as diferentes partes do corpo, passando mais confiança para que a criança ou adolescente se sinta confortável para conversar e denunciar o crime. Além disso, o uso de palavras diferentes do seu contexto, bem como o uso de perguntas que limitam a responder sim ou não, pode ensejar em constrangimento da vítima, e até mesmo invalidando seu testemunho (SANTOS, 2011).

Assim, sendo a escola uma das responsáveis por abordar acerca da educação à sexualidade, isso a torna um espaço acolhedor, onde as crianças e adolescentes que já sofreram ou sofrem algum tipo de abuso sexual se sentem confiantes para relatar os casos de violência sexual, para que assim possam buscar uma ajuda

orientada e assertiva para romper com o ciclo da violência. Além disso, a escola também promove o conhecimento acerca da sexualidade, para que as crianças consigam identificar possíveis índices de abuso ou violência.

3.2.2. CARTILHA 2 - Campanha de Prevenção a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes – Cartilha Educativa

Essa cartilha é parte de uma ação desenvolvida pela Campanha de Proteção a Violência Sexual de Crianças e Adolescentes juntamente com a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, representado pelo Poder Público, em específico a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, vinculada à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, o setor empresarial e a sociedade civil, cujo objetivo é discorrer sobre os principais conceitos inerentes a violência sexual contra crianças e adolescentes.

A presente cartilha apresenta uma abordagem sobre as formas de violência a criança e ao adolescente, os conceitos sobre cada tipo de violência, os direitos da criança e do adolescente e as ações que devem ser adotadas em caso de suspeita de violência contra criança e adolescente. Essa abordagem é realizada de forma clara e objetiva, tornando a cartilha um material de fácil compreensão, principalmente para as crianças e adolescentes.

Ao contrário da cartilha Guia Escolar, que apresenta um material mais extenso e explicativo voltado a orientação do educador, a presente cartilha possui um layout voltado ao público infantil e juvenil, com ilustrações que despertam o interesse em seu conteúdo, com informações resumidas sobre a violência sexual.

Assim, pode-se afirmar que este material é mais para orientação das crianças e adolescentes, como resultados de ações pedagógicas que buscam trazer a temática da sexualidade para as escolas, enfatizando as questões de violência sexual contra criança, como forma de prevenção e identificação de vítimas que já foram ou que ainda são assediadas/abusadas.

A Cartilha Educativa foi desenvolvida com objetivo de abordar sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes, pautando-se em dois motivos. O primeiro motivo que levou a elaboração desta cartilha está relacionado as questões sociais, ou seja, em razão da violência sexual infantil ser uma prática e um problema de segurança pública em todo o País.

O segundo motivo para elaboração desta cartilha está relacionado a necessidade de promoção da educação a sexualidade em todo o território nacional, visando prevenir situações de violência sexual, enfrentando esse problema através da educação, da disseminação das principais informações sobre a temática.

A Cartilha Educativa enfatiza o direito da criança e do adolescente no Brasil, sendo estes estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), através da Lei nº 8.069/90, que objetiva assegurar os direitos da criança e adolescentes, qual seja, o direito à vida, a educação, a saúde, a dignidade, ao respeito, dentre outros (BRASIL, 1990).

O ECA também deixa claro que as crianças e adolescentes devem receber proteção contra todas as formas de negligencia, exploração, violência, discriminação, opressão e crueldade. Assim, a legislação federal institui a criança e ao adolescente como sujeitos de direitos, que devem ser respeitados por todos e protegidas (BRASIL, 1990).

De acordo com a Cartilha Educativa, diversas são as formas de violência contra criança e ao adolescente, dentre o qual então: a exploração econômica, também conhecida como exploração sexual comercial; a negligencia; o abandono; a violência física; a violência psicológica; a violência institucional; a omissão institucional; e a violência sexual.

Como o objetivo desta pesquisa é voltado a violência sexual, em específico ao abuso sexual, verifica-se que a Cartilha Educativa classifica-o como “[...] a utilização da sexualidade de uma criança ou adolescente para a prática de qualquer ato de natureza sexual” (BRASIL, 2020, p. 9).

Segundo a Cartilha Educativa o abuso sexual ocorre geralmente através de pessoas próximas a criança e ao adolescente, que constituem o ambiente familiar,

com manifestação intrafamiliar, quando ocorre dentro do ambiente doméstico, ou extrafamiliar, ou seja, quando ocorre fora do ambiente familiar (BRASIL, 2020).

A Cartilha Educativa não faz menção aos comportamentos típicos de criança ou adolescente vítimas de abuso sexual, assim como não traz formas para identificar uma criança que foi assediada ou abusada sexualmente. A cartilha se limita a conceituar os tipos de violência sexual, a discorrer sobre o direito da criança e adolescente, as formas de violência sexual, as formas de denúncia e mitos e verdades acerca do abuso sexual.

Os mitos e verdades elencados pela Cartilha Educativa serve como forma de compreender sobre o abuso sexual esclarecendo que nem todas as pessoas que abusam de crianças e adolescentes são consideradas pedófilas, sendo uma vez que difere a pedofilia como um transtorno de personalidade, existindo um diagnóstico para essa classificação. A Cartilha Educativa também explica que o abusador não apresenta um perfil específico, podendo ter qualquer personalidade e aparência (BRASIL, 2020).

Um ponto abordado na Cartilha Educativa é a chamada de responsabilidade para toda a sociedade estar atenta aos casos de violência. A Cartilha Educativa enfatiza que nosso País é afetado por diversos tipos de violência, e a violência sexual contra crianças e adolescentes é uma das violências que além de traumatizar a vítima, e ocorrer com frequência principalmente dentro dos próprios lares, afeta o desenvolvimento e crescimento saudável da criança e adolescente, tornando-se uma questão de direitos humanos, sendo dever do Estado e da sociedade zelar pela dignidade humana (BRASIL, 2020).

Nesse sentido, a chamada de responsabilidade para a sociedade é fundamental para prevenção do abuso sexual infantil, principalmente para contribuir na identificação de vítimas de violência sexual, cabendo a sociedade o dever de denunciar qualquer suspeita de violência sexual contra criança e adolescente.

A Cartilha Educativa aborda as instituições responsáveis para realização de denúncias de violência contra criança e adolescente. Dentre as instituições estão: o Conselho Tutelar; o Disque 100; a escola, representado pelos professores,

orientadores e diretores; as delegacias; Polícia Militar, Polícia Federal ou Polícia Rodoviária Federal; Número 190 (BRASIL, 2020).

Em relação às orientações a família e a escola, bem como o papel da educação a sexualidade, a presente cartilha não entra nesse mérito.

3.2.3. CARTILHA 3 - Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: identificação e enfrentamento

A presente cartilha é uma iniciativa do Núcleo de Enfrentamento à Violência e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (Nevesca), cujo objetivo é discutir acerca dos diferentes tipos de violência praticada contra crianças e adolescentes, principalmente direcionada à violência sexual infantil. A cartilha também é um instrumento de orientação preventiva e repressiva, para auxiliar na identificação de casos de violência sexual, bem como sua prevenção, alertando a sociedade sobre esse crime e como atuar diante dessas situações.

A cartilha inicia contextualizando sobre o histórico da violência contra crianças e adolescentes, abordando o dia 18 de maio como o Dia Nacional de Combate ao Abuso Sexual e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, data marcada pela história de vida real de uma criança de 8 anos de idade, que foi sequestrada, drogada, espancada, estuprada e levada a óbito pelos próprios familiares, em uma cidade do Estado do Espírito Santo. Esse caso trouxe grande revolta a sociedade, principalmente pelos criminosos não terem sido denunciados e ficarem impunes frente à violência cometida (MTDFT, 2015).

A cartilha enfatiza a importância da atuação da sociedade e a adoção de ações efetivas para o combate à violência sexual e a proteção às vítimas, ressaltando a necessidade da atuação dos órgãos públicos, instituições privadas concomitante com a população, para garantir o cuidado e proteção as crianças e adolescentes.

A cartilha educativa traz em sua abordagem o conceito dos diversos tipos de violência sexual, dentre eles o abuso sexual, sendo definido pela cartilha educativa

como um ato de violação a integridade física da criança e adolescente, provocado por uma pessoa mais velha, com objetivo de satisfazer um desejo sexual, desejo este unicamente do abusador, vez que ocorre sem o consentimento da vítima.

De acordo com a cartilha educativa, quaisquer atos que violam sua integridade, seja com palavras obscenas, fotografias de partes íntimas, material pornográfico, telefonemas ou mensagens obscenas e o próprio ato sexual sem consentimento é considerado como abuso e violência sexual (MTDFT, 2015).

Segundo o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios o abuso sexual afeta a experiência sexual da criança ou do adolescente, sendo esta incapaz de consentir ou entender o que está em cena, estando vulnerável a ação do abusador, que na maioria dos casos, ocorre principalmente através de familiares ou pessoas próximas (MTDFT, 2015).

Em relação aos sinais mais comuns de violência contra crianças e adolescentes, a cartilha apresenta uma tabela que se divide em sinais de violência diversos e sinais específicos de violência sexual.

Figura 1 - Sinais mais comuns de violência contra criança e adolescentes

Sinais de violências diversas	Sinais específicos de violência sexual
<ul style="list-style-type: none"> • problemas escolares (baixo rendimento, isolamento, brigas com colegas) 	<ul style="list-style-type: none"> • curiosidade sexual excessiva
<ul style="list-style-type: none"> • condutas antissociais, tais como agressividade e hostilidade 	<ul style="list-style-type: none"> • exposição frequente dos genitais
<ul style="list-style-type: none"> • ansiedade e medos 	<ul style="list-style-type: none"> • brinquedos ou jogos sexualizados
<ul style="list-style-type: none"> • comportamentos autodestrutivos/ ideiação suicida 	<ul style="list-style-type: none"> • agressividade sexual
<ul style="list-style-type: none"> • distúrbios na alimentação ou no sono (insônia, pesadelos) 	<ul style="list-style-type: none"> • masturbação excessiva
<ul style="list-style-type: none"> • uso ou abuso de álcool 	<ul style="list-style-type: none"> • conhecimento sexual inapropriado para a idade
<ul style="list-style-type: none"> • marcas e hematomas no corpo: olhos, rosto, pernas, braços 	<ul style="list-style-type: none"> • doenças sexualmente transmissíveis;
<ul style="list-style-type: none"> • ferimentos e queimaduras diversas 	<ul style="list-style-type: none"> • gravidez

Fonte: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MTDFT, 2015)

Dentre os sinais mais comuns de violência diversas estão o baixo rendimento escolar, pois a violência afeta a o processo de aprendizagem da criança e adolescente; os problemas escolares, como brigas e isolamento; as condutas antissociais, que incide na briga, na ação agressiva, nas mudanças abruptas de comportamentos; os sentimentos de medo e ansiedade; os problemas de saúde; e sinais corporais, como marcas e hematomas (MTDFT, 2015).

No entanto, existem sinais e comportamentos específicos de criança ou adolescente que já foram ou são abusados sexualmente. Dentre eles estão o excesso de questionamentos sobre sexualidade, decorrentes de uma curiosidade excessiva; a identificação de doenças sexualmente transmissíveis, como a Aids; a gravidez precoce acompanhada ou não da intenção de abortar; a masturbação excessiva, dentre outros, que deixam aparente um contato com a “prática” sexual.

A cartilha enfatiza a necessidade de atenção para esses sinais, a frequência que ocorre, pois muitas das vezes a ação se torna o meio pelo qual a criança ou adolescente consegue expressar seus medos e dificuldades, uma vez que não possuem ainda recursos cognitivos para transformar essas emoções em palavras (PIAGET, 2007). Além disso, o ato do abuso sexual também enseja em uma mudança comportamental, que se observada com atenção é identificada pelos responsáveis e pela unidade escolar, ente responsável pela promoção da educação à sexualidade.

Frente aos sinais e comportamentos que identificam indícios de violência contra criança e adolescente, é importante fazer uma observação, constatada mediante análise das cartilhas Guia Escolar: Identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (SANTOS, 2011); Campanha de Prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes – Cartilha Educativa (BRASIL, 2020) e a presente cartilha, Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: identificação e enfrentamento (MTDFT, 2015), que reitera que o abuso sexual não ocorre apenas por pessoa considerada pedófila. As cartilhas evidenciam como uma ignorância da sociedade pensar que somente os pedófilos que abusam sexualmente de crianças e adolescentes. De acordo com o MTDFT (2015) em consonância com Brasil (2020) a pedofilia é um transtorno de sexualidade, caracterizado por uma doença mental.

A cartilha “Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: identificação e enfrentamento” faz menção aos efeitos provocados pelo abuso sexual, que abrange a capacidade da vítima em ter relações sexuais, afetivas e amorosas saudáveis, o envolvimento em prostituição, o uso de drogas e álcool, a dificuldade de inteirar-se socialmente, a baixa autoestima e os sentimentos de culpa (MTDFT, 2015).

Frente a abordagem dos conceitos e principais sinais e comportamentos de uma criança ou adolescente abusado sexualmente, a cartilha “Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: identificação e enfrentamento” discute as formas de abordagem com a vítima de abuso sexual, destacando o fato de que é necessária uma abordagem cautelosa, visto que esta já encontra-se fragilizada e precisa ser tratada com cuidado e delicadeza, pois trata de um assunto que para a criança e adolescente abusada/assediada gera um constrangimento.

De acordo com esta cartilha, é fundamental que seja respeitada a forma como a vítima da violência sexual se expressa, dando liberdade para que ela relate os fatos conforme ocorrido, sem pressioná-la, tão pouco exigir repetições sobre os fatos narrados. O ato de repetir o acontecido pode induzir a falhas na memória da criança e adolescente. Além disso, torna-se imprescindível evitar a realização de perguntas fechadas e indutivas, com respostas que restrinjam a palavras como sim ou não (MTDFT, 2015).

Visando auxiliar na denúncia de casos de abuso sexual infantil, a presente cartilha orienta que nos casos em que o agressor for extrafamiliar, ou seja, não pertencer ao quadro familiar, a notificação deve ser realizada ao Conselho Tutelar, responsável pelo atendimento social e atendimento assistencial à saúde; bem como na Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), que providenciará os tramites para responsabilização do abusador, autor da violência, encaminhará para a Promotoria de Justiça e para Vara Criminal, para apuração do crime frente a legislação brasileira.

Quando o crime ocorre no âmbito familiar, os procedimentos se diferem em alguns aspectos, de modo que, nos casos de abuso sexual infantil que o agressor for do próprio meio familiar, o caso de abuso sexual passa pela Promotoria de Justiça de

Defesa da Infância e da Juventude/1º Vara da Infância e Juventude e pelo Juizado de Violência Doméstica, órgão competente para julgar casos de violência contra mulher, já nos casos em que a vítima for do sexo masculino, a responsabilização do autor da violência será analisado apenas pela Promotoria de Justiça Criminal e pela vara Criminal. Ressalta-se que a distinção ocorre em caráter do gênero da vítima, vez que nos casos de agressão contra mulher, há órgãos específicos para análise dos casos.

Em relação as instituições para realização da notificação do crime, a presente cartilha acompanha o Guia Escolar: Identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (SANTOS, 2011); e a Campanha de Prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes – Cartilha Educativa (BRASIL, 2020) evidenciando as instituições responsáveis por receber a denúncia e proceder com a análise e investigação da suspeita de abuso sexual.

Quanto ao papel da educação a sexualidade, esta cartilha não entra no mérito, limitando-se apenas a uma abordagem de forma generalizada sobre os conceitos de violência sexual, os sinais mais comuns, as instituições e os processos de enfrentamento a violência sexual, sendo considerada, no ponto de vista desta pesquisadora, como uma cartilha de orientação básica.

3.2.4. CARTILHA 4 - Aprendendo a Prevenir: orientações para combate ao abuso sexual contra crianças e adolescentes

A presente cartilha foi elaborada pela Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude, com objetivo de orientar e cobrar medidas dos diversos profissionais (policiais, juízes, promotores, técnicos) que atuam como agentes envolvidos nas situações de abuso sexual, cabendo a estes o tratamento interdisciplinar nos casos de abuso e assédio sexual, para que seja rompida a cadeia de violência contra crianças e adolescentes.

Assim, a cartilha busca discutir sobre a importância de conhecer e prevenir sobre os tipos de violência contra a criança e adolescente, a fim de tornarem as ações dos órgãos responsáveis mais significativos e concretos. Em outras palavras,

que as ações desenvolvidas pelos órgãos federais, estaduais e municipais de combate à violência sexual infantil, não compreenda apenas aos procedimentos legais caracterizados pelo crime, mas que demandem de ações mais significativas que resultem no acompanhamento e tratamento necessários a vítima, que na maioria das situações carregam marcas psicológicas que refletem sobre a vida e desenvolvimento da criança e adolescente.

A cartilha “Aprendendo a Prevenir” conceitua o abuso sexual como o ato cometido por indivíduos que usam crianças e adolescentes como gratificação sexual. É o ato sexual, que ocorre sem consentimento da vítima, que pode ser evidenciado através do “[...] toque físico (beijos, carícias, penetração digital, penetração com objetos, sexo oral, anal, vaginal) ou sem qualquer tipo de contato físico (assédio, cantadas obscenas, exibicionismo, voyeurismo, participação em fotos pornográficas)” (CORDEIRO, 2006, p. 4).

De acordo com Cordeiro (2006) o abuso sexual é assim constituído visto que as crianças e adolescentes são colocados frente à prática sexual precocemente, em um momento em que as vítimas ainda não possuem condições maturacionais biológicas e psicológicas para tal, tornando o consentimento algo impossível. A cartilha enfatiza que o abuso sexual afeta não apenas a dignidade da criança, ou seu psicológico, o abuso sexual infantil interrompe o momento da infância da criança, sua dependência, sua vulnerabilidade e principalmente sua inocência (CORDEIRO, 2006).

Em consonância as demais cartilhas já analisadas neste estudo, a cartilha “Aprendendo a Prevenir” relata as formas de manifestações do abuso sexual, podendo este ocorrer intrafamiliar ou extrafamiliar. A cartilha traz uma distinção quanto a forma do abuso sexual, ou seja, no abuso sexual extrafamiliar, que geralmente envolve a exploração sexual da criança e até mesmo a pornografia. Já no abuso sexual intrafamiliar, em sua maioria não utiliza-se da força física, vez que o agressor é integrante do próprio âmbito familiar, razão pelo qual o abuso intrafamiliar é considerado mais persuasivo a criança.

Considerando os sinais, comportamentos e consequências do abuso, a cartilha apresenta algumas das formas que permitem identifica-lo, seja através das consequências físicas ou psicológicas. No entanto, é importante destacar que nem sempre há sintomas ou a criança/adolescente aparenta ter sido abusado sexualmente, por isso, é essencial o acompanhamento das crianças e adolescentes bem como suas mudanças abruptas de comportamento.

Dentre as consequências físicas, a cartilha destaca as lesões no corpo, nos órgãos genitais, a presença de doenças sexualmente transmissíveis e a gestação precoce. Dentre as consequências psicológicas, é possível identificar uma criança ou adolescente que tenha sido abusado sexualmente mediante as mudanças de comportamento, principalmente a frequência de comportamentos agressivos; a presença de condutas sexuais inadequadas, ligadas também a curiosidade excessiva sobre sexualidade; os distúrbios alimentares; a dificuldade no aprendizado escolar; a dificuldade de relacionar-se socialmente; o envolvimento em prostituição e o uso de drogas (CORDEIRO, 2006).

Orienta-se que, diante de uma criança violentada, é importante a abordagem desse assunto com a vítima, ressaltando o que também é evidenciado nas cartilhas Guia Escolar: Identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (SANTOS, 2011); Campanha de Prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes – Cartilha Educativa (BRASIL, 2020) e a cartilha, Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: identificação e enfrentamento (MTDFT, 2015), o fato de que é preciso ouvir a vítima, ter cautela na fala, buscando dialogar de acordo com as palavras usadas pela criança/adolescente e explicar minuciosamente sobre a importância de denunciar esses casos de abuso (CORDEIRO, 2006).

A cartilha também faz menção as instituições responsáveis para encaminhamento da denúncia, como o Conselho Tutelar da região, que deverá de imediato encaminhar o caso para a Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude e a Vara da Infância e da Juventude; e a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), bem como para auxiliar a criança ou adolescente nessas situações, além de dialogar sobre os direitos da criança e do adolescente e sobre o crime de abuso sexual, frente a legislação brasileira.

Observou-se que a presente cartilha não entra no mérito da abordagem do papel da educação a sexualidade, tão pouco o papel da escola na identificação e ajuda na prevenção de abuso sexual infantil, sendo considerada uma cartilha apenas orientativa.

3.2.5. CARTILHA 5 - Infância Violada: orientações de enfrentamento ao abuso sexual infantil

Esta cartilha foi desenvolvida pelo Psicólogo Euller Sacramento, em atenção ao Dia Nacional de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, com objetivo de promover uma orientação aos pais, educadores, cuidadores, para identificar os sinais de abuso sexual infantil, visando proteger as crianças e adolescentes contra a violência sexual.

A presente cartilha conceitua o abuso sexual infantil como o ato de prazer sexual realizado por um adulto ou adolescente mais velho frente a uma criança ou adolescente mais novo, com intuito de praticar o ato sexual de forma não consentida (SACRAMENTO, 2020).

Considerando os tipos de abuso sexual, a cartilha descreve o abuso intrafamiliar como uma violência silenciada, em outras palavras, assemelha-se esse tipo de violência como um segredo familiar, em que a vítima é abusada e/ou assediada e não pode falar com nenhum responsável, por não enxergarem a realidade do crime. Em muitas das vezes a criança ou adolescente até conta para a mãe ou algum responsável, mas é desacreditada, por não confiar e/ou não querer ver a situação (SACRAMENTO, 2020). Já o abuso extrafamiliar, a cartilha classifica como aquele cometido por pessoas desconhecidas da criança e do adolescente.

Essa cartilha, diferente das demais discutidas até o momento, como o Guia Escolar: Identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (SANTOS, 2011); Campanha de Prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes – Cartilha Educativa (BRASIL, 2020)

e a cartilha, *Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: identificação e enfrentamento* (MTDFT, 2015), é compreendida, no ponto de vista desta pesquisadora, como uma cartilha voltada para a criança e adolescente, e principalmente para os pais e familiares, dado a forma com que é abordado a temática, com uso de uma linguagem simples, com uso de ilustrações de fácil compreensão pelas crianças e adolescentes, e principalmente as falas de crianças que já sofreram abuso ou assédio sexual.

Dentre as abordagens, a cartilha também apresenta as formas que o abuso sexual infantil pode ocorrer, sendo através do contato físico, com carícias, estímulos nos órgãos genitais, a masturbação, a prática da relação sexual, o sexo oral ou anal; ou sem o contato físico, mediante a exposição de vídeos pornográficos, a exposição do corpo do abusador para a vítima ficar olhando e o assédio sexual (SACRAMENTO, 2020).

A cartilha também faz uma abordagem sobre os sintomas comportamentais de uma criança que já foi abusada sexualmente ou que sofre constantemente abuso sexual. Dentre os sinais de alerta, a cartilha apresenta os sinais de crianças em idade pré-escolar, que podem ser identificados pela ocorrência de fazer xixi e coco na cama frequentemente, a ocorrência de perturbação do sono, com incidência de pesadelos, os transtornos comportamentais e o comportamento sexual inadequado para a idade, como as brincadeiras que envolve os órgãos sexuais, o exercício de papéis de pai e mãe, a imitação de gravidez, ou ainda a verbalização de palavras impróprias a sua idade.

Os sinais de alerta para crianças em idade escolar são: o medo, os comportamentos agressivos, a dificuldade escolar, a hiperatividade, a culpa, os desenhos de órgão sexuais, brincadeiras que reproduzem em outras crianças a violência sofrida. Já os sinais de abuso sexual na adolescência são o isolamento social, os questionamentos e sentimento de culpa, a depressão, o uso de álcool e drogas, os transtornos, a falta de vontade de voltar para a casa, dentre outros (SACRAMENTO, 2020).

A cartilha também aborda sobre as formas de prevenção do abuso sexual e a maneira que se deve proceder a abordagem dessa temática com a criança e adolescente, direcionando para a promoção da educação à sexualidade, com dicas de materiais que serviram de base para a conversa com a criança ou adolescente sobre a sexualidade. Dentre as formas de prevenção, a Cartilha Infância Violada defende o uso da informação como uma das principais armas contra esse tipo de violências. Assim, trabalhar a informação através de ilustração, desenhos, áudios, vídeos do universo infantil, permite uma abordagem clara e cheia de informação para a criança.

Já com adolescentes, a Cartilha sugere a realização de uma palestra, ou uma simples conversa que discorre sobre essa temática, e auxiliem os jovens a identificar situações que podem vir a transformar em assédio ou abuso sexual, prevenindo-se através de informações, contra esse tipo de violência.

Por fim, a cartilha orienta quanto a importância de denunciar os casos de abuso sexual infantil, orientando a vítima ou a pessoa com quem a vítima relatou o caso para procurar o conselho tutelar, órgão responsável pelo atendimento de crianças e adolescentes que encontram-se com seus direitos ameaçados ou violados; bem como outros órgãos federais, municipais e estaduais de denúncia de crime contra a criança e adolescente, como Delegacia Especializada para apurar crimes contra a criança e adolescentes, o Ministério Público, as Varas da Infância e da Juventude, além de programas e sites disponíveis nas plataformas online, como o Projeta Brasil, um aplicativo com localização e indicação de telefones de instituição especializada mais próxima da região, e o Centro Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos, para os crimes cometidos através da internet.

3.2.6. CARTILHA 6 - Um país que quer ser grande tem que proteger quem não terminou de crescer

A cartilha intitulada “Um país que quer ser grande tem que proteger quem não terminou de crescer” define a violência sexual como a violação dos direitos sexuais, no sentido de abusar ou explorar do corpo e da sexualidade

de crianças e adolescentes e que podem ocorrer de duas formas: pelo abuso sexual ou pela exploração sexual.

Segundo a cartilha, “o abuso sexual geralmente é praticado por uma pessoa com quem a criança ou adolescente possui uma relação de confiança, e que participa do seu convívio” (BRASIL, 2020, p. 14). Essa violência pode ser classificada como intrafamiliar ou extrafamiliar, ou seja, pode ser realizada por pessoas do âmbito familiar ou fora dele. A Figura 2, ilustra as formas de ocorrência do crime de violência contra a criança e adolescentes, caracterizando a violência intrafamiliar (doméstica) e a extrafamiliar, bem como a maneira que esse crime possa ocorrer:

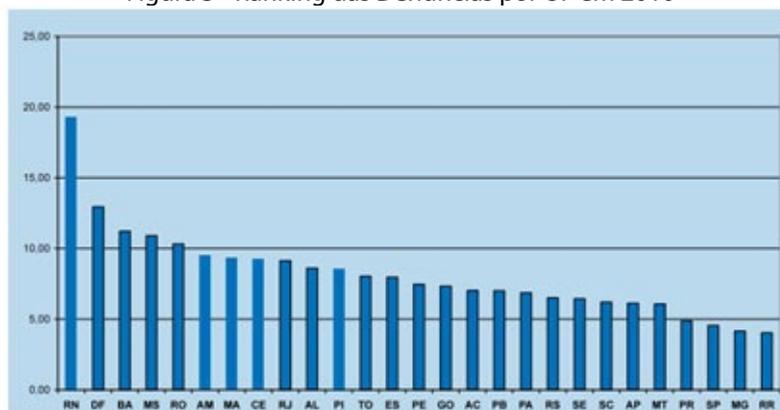


Fonte: BRASIL (2020)

A Figura 2 apresenta um fluxograma elaborado pela cartilha, a fim de contribuir para o entendimento dos diversos tipos de violência contra criança e adolescentes, e como cada uma delas ocorre. A cartilha apresenta brevemente as legislações que constituem parte da temática do abuso sexual contra criança e adolescente.

De modo geral, esta cartilha apresenta de forma simplificada o contexto e os tipos de violência sexual, dando enfoque ao índice de casos de abuso sexual registrados desde 2003 até 2010, e o ranking de denúncias por unidade federal, conforme Figura 3.

Figura 3 - Ranking das Denúncias por UF em 2010



Fonte: BRASIL (2020)

De acordo com a Figura 3, no ano de 2020 o Estado do Rio Grande do Norte foi o que apresentou maior índice de denúncias pelo Disque 100, computando em cerca de 19,31 denúncias a cada 100 mil habitantes. Em seguida, o Distrito Federal representando 12,95 de denúncias a cada 100 mil habitantes, e em terceiro o Estado da Bahia, com 11,22 denúncias a cada 100 mil habitantes.

Nesse sentido, entende-se que essa cartilha não é voltada para a educação a sexualidade, e sim elaborada para visualização do panorama da violência sexual no Brasil e uma breve orientação quanto aos tipos de violência praticada contra criança e adolescente e o índice registrado por cada tipo de violência. Dentre as abordagens, verifica-se que a violência física representou cerca de 37,88% das denúncias recebidas, e logo em seguida a violência sexual, representando 28,71%, e em terceiro a negligencia com 22,99% e a violência psicológica com 10,24%.

Deste modo, convém ressaltar que ao analisar esta cartilha registrou-se uma ausência de abordagens dos sintomas comportamentais de vítimas de violência sexual, da abordagem da educação à sexualidade, e a orientação para a família e escola frente a essas situações, limitando-se apenas a apresentar uma abordagem geral sobre o índice de violência no País.

3.3. O que dizem os documentos oficiais em âmbito estadual e municipal

Ao realizar o levantamento dos documentos em esfera Estadual, considerando a Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo (SEDU), mediante uma pesquisa documental no sítio eletrônico da SEDU, bem como através de contato direto via chamada telefônica, não foi possível identificar nenhum documento que aborde sobre a educação à sexualidade como prevenção a violência sexual infantil.

Entretanto, o único documento expedido pela SEDU que aborde sobre a educação à sexualidade em caráter preventivo é o Regimento Comum das Escolas da Rede Estadual de Ensino do Estado do Espírito Santo, que dispõe como atribuições do gestor educacional a busca de auxílio de órgãos e instituições para apoiar as questões de ensino e família, principalmente quanto a orientação à sexualidade, a prevenção às drogas e à violência (SEDU, 2010).

Outrossim, com base no levantamento realizado junto a Prefeitura Municipal de Itapemirim/ES, em específico a Secretaria Municipal de Educação, através de pesquisa documental no sítio eletrônico e via telefone, foi constatado que não existe nenhuma normatização, programa ou trabalho realizado que aborde a educação à sexualidade nas escolas da rede municipal de ensino.

Diante disso, é importante ressaltar que a ausência de documentos que dialogam sobre a educação à sexualidade dentro das instituições de ensino, vai contra ao disposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais: Orientação Sexual, que objetivando a discussão dos temas transversais, enfatiza a necessidade de considerar a sexualidade como assunto inerente à vida e à saúde, orientando às crianças e adolescentes quanto a importância em do exercício da sexualidade com responsabilidade.

No que concerne ao exercício da sexualidade com responsabilidade, os Parâmetros Curriculares Nacionais: Orientação Sexual vai discutir à sexualidade englobando “[...] as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro e à diversidade de crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade

democrática e pluralista” (BRASIL, 1997, p. 287), objetivando ainda, a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e a gravidez indesejada.

Nesse sentido, há necessidade em inserir na grade curricular das instituições de ensino no Estado do Espírito Santo, incluindo as escolas do Município de Itapemirim/ES, abordagem para a Educação à Sexualidade, orientando as crianças e adolescentes quanto a importância de conhecer a si e ao próprio corpo, quanto as relações e diversidade de gênero, quanto a prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, quanto a gravidez indesejada, e principalmente quando as questões de violência e/ou abuso sexual, orientando as crianças e adolescentes sobre esse problema social, que infelizmente tem crescido nos últimos anos, tornando-se um problema social, quanto as formas existentes de abuso e violência sexual, e como deve-se proceder nos casos em que identificar essa situação.

Vale lembrar que, a orientação e a promoção da educação à sexualidade é um direito social estabelecido pelo artigo 6º da Constituição Federal, ao relatar que dentre os direitos sociais estão a educação e a proteção à infância, além de trazer no artigo 227 o dever do Estado, da família e da sociedade assegurar a criança e ao adolescente o direito vida, a educação, a dignidade, ao respeito, bem como “[...] colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (BRASIL, 1988, p. 1). Diante disso, torna-se fundamental a adoção de metodologia pelas instituições de ensino e pela própria SEDU, para que as escolas passem a dialogar sobre a educação à sexualidade no âmbito escolar, sendo os próprios Parâmetros Curriculares Nacionais: Orientação Sexual, uma base para auxiliar as escolas e professores a iniciarem a introdução desse contexto no currículo escolar.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente a análise realizada nesta pesquisa, verificou-se que as cartilhas educativas destacam a violência sexual como um fenômeno que vai além do ato sexual físico, compreendendo também as atitudes que não necessariamente envolvem o contato físico e/ou genital direto, mas que promovem o prazer sexual ao agres-

sor. Além disso, as cartilhas demonstram que a maioria dos casos de violência sexual infantil ocorre dentro do ambiente doméstico, o que contribui para o retardo nas denúncias ou até mesmo para a ausência de denúncias.

As cartilhas evidenciam concomitantemente os sintomas e comportamento de vítimas de abuso sexual, apontando sinais como comportamento sexual inadequado, como manipulação excessiva de seus órgãos genitais, desenhos de órgãos sexuais, imitação de comportamentos sexuais com outras crianças. Além dos sinais corporais, a criança ou adolescente também costuma apresentar sintomas emocionais e psicológicos, notórios através do comprometimento do desenvolvimento da criança ou adolescente, bem como de comportamentos violentos consigo mesmo, como uso e abuso de substâncias, estereótipias no comportamento sexual, entre outros.

A partir das argumentações e propostas trazidas pelas cartilhas, somando-se a detecção da ausência de programas de educação à sexualidade na cidade de Itapemirim, bem como à dificuldade de alguns educadores ao lidarem com a questão observa-se a necessidade de uma abordagem direcionada aos educadores, auxiliando-os na identificação de casos de abuso sexual mediante aos comportamentos e sinais apresentados pelas crianças e adolescentes em sala de aula.

Observamos que as cartilhas pesquisadas discorrem sobre os comportamentos e sinais de alerta para identificar essas situações de violência, contudo, ainda notamos a necessidade de uma abordagem mais aprofundada, que possa orientar os professores e até mesmo os familiares na possibilidade de ações pedagógicas que permitam identificar casos de abuso sexual, sem colocar a vítima em situação constrangedora e até mesmo prevenir que a violência aconteça.

Dentre as cartilhas abordadas, apenas o Guia Escolar trouxe uma abordagem direcionada ao educador, evidenciando seu papel enquanto mediador de conhecimento, para abordar sobre a educação à sexualidade em sala de aula. Dessa forma, é possível apontar propostas de trabalho para a mudança desse cenário.

Visando as mudanças na dimensão estrutural e particular, destaca-se a necessidade da atuação do profissional da educação e das instituições de ensino em

promover discussões sobre a educação a sexualidade, como ação preventiva e informativa para as crianças e adolescentes, uma vez, que cumpre a cada profissional da educação e até mesmo como cidadão contribuir na interrupção do ciclo de violência, enfatizando o respeito ao ser humano, sobretudo aqueles que estão em situação de prover, proteger, cuidar como é o caso dos pais e responsáveis pela criança.

Desse modo, através dessa pesquisa foi possível identificar abordagens em outros estudos que destacam a importância da promoção de ambientes educacionais que abordem sobre abuso sexual infantil, sendo preciso mais treinamento e orientações, na forma de projetos pedagógicos, formação continuada e cartilhas preventivas, para que eles possam conhecer e identificar indicadores de abuso sexual infantil e formalizar os processos de denúncia.

Além disso, ao realizar um levantamento de materiais na Secretaria Estadual de Educação e na Secretaria Municipal de Educação do Município de Itapemirim/ES, constatou-se a ausência de materiais que dialogam sobre a educação à sexualidade, ou orientações que retratam sobre o abuso e violência sexual infantil, restando comprovado a falha do Estado e do Município frente a necessidade de abordagem ou realização de projetos que visem a promoção da Educação à Sexualidade, bem como a proteção à criança e ao adolescentes, orientando quanto aos problemas sociais voltados ao abuso e violência sexual infantil.

Como proposta de contribuição para a promoção da educação à sexualidade, foi elaborado um blog como produto educativo, destinado às crianças da Educação Infantil e Ensino Fundamental, com fins de orientação no processo de educação à sexualidade, que surge como uma lacuna causada pela ausência de práticas educativas e preventivas dentro da temática do abuso sexual infantil no município de Itapemirim/ES.

O intuito com a elaboração do blog foi justamente fortalecer o desenvolvimento profissional de professores neste domínio como um investimento essencial que beneficia as crianças que foram abusadas, além de ajudar os docentes na sua atuação. Essa pesquisa faz um apelo aos professores regentes do município de

Itapemirim/ES, como escola que são a atuarem de forma crítica, reflexiva e educativa, pois, independente da vontade, os educadores podem intervir identificando, auxiliando e prestando aconselhamento nos casos de abuso sexual infantil, embora nem sempre tenham consciência disso.

Dessa forma, conclui-se pela necessidade de realização de debates sobre a Violência Sexual Infantil, devendo a escola exercer o papel de mediadora do conhecimento, abrindo espaços para discussão acerca da pluralidade de concepções, de valores e crenças quanto à sexualidade, permitindo que às crianças e adolescentes possuam um espaço em que possa se expressar e dialogar questões que são fundamentais na infância, principalmente na adolescência, uma vez que, é nesse período que ocorre as principais mudanças no que concerne à sexualidade.

REFERÊNCIAS

BLACKBURN, T. A influência da educação sexual na saúde do adolescente: Abstinência-somente vs. programas abrangentes. *The Journal of Graduate Nursing Writing*, v. 3, n. 1, 2009, p. 1-10.

BRASIL. Um país que quer ser grande tem que proteger quem não terminou de crescer. Disque Denúncia Nacional. Brasília, 2020. Disponível em <https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/pair/cartilha_disque_100.pdf> Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. Campanha de Prevenção à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes – Cartilha Educativa. Seminário de Revisão do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, Brasília, 2020. Disponível em <https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/sedh/cartilha_educativa.pdf> Acesso em: 20 out. 2020.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais. Pluralidade cultural e orientação sexual. Brasília: MEC/SEF, 1997. 164 p. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf>> Acesso em: 22 out. 2020.

BARACUHY, R.; PEREIRA, L.M. Embates discursivos no campo da educação

sexual infantil nas escolas brasileiras: em pauta, o PCN orientação sexual e o “kit gay”. *Humanidades & Inovação*, v. 7, n. 27, p. 187-203, 2020. Disponível em<<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/5065>> Acesso em: 30 mar. 2021.

CATARINO, E.M; ALMEIDA, M.P. A importância do professor da educação infantil no combate à violência sexual infantil. In: *Anais Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar (ISSN-2527-2500) & Congresso Nacional de Pesquisa Multidisciplinar*. 2017. Disponível em<<http://publicacoes.unifimes.edu.br/index.php/coloquio/article/view/344>> Acesso em: 20 jan. 2021.

CICCHETTI, D.; CARLSON, V. (Eds.) *Maus-tratos infantis: Teoria e pesquisa sobre as causas e conseqüências do abuso e negligência infantil*. Cambridge University Press, 1989. Disponível em<<https://psycnet.apa.org/record/1989-98324-000>> Acesso em: 10 set. 2020.

CORDEIRO, F. A. *Aprendendo a prevenir: orientações para o combate ao abuso sexual contra crianças e adolescentes* Brasília: Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude, 2006. Disponível em< https://www.mpdft.mp.br/portal/pdf/imprensa/cartilhas/cartilha_aprendendo_a_prevenir.pdf> Acesso em: 24 nov. 2020.

COYLE, K; ANDERSON, P; LARIS, B. A. (2016). *Escolas e educação em sexualidade*. In: JAMES, J.; PONZETTI, Jr. (Ed.). *Evidence-based Approaches to Sexuality Education. A global perspective*. New York: Routledge, 2016.

CROCKETT, L. J.; RAFFAELLI, M.; MOILANEN, K. L. *Adolescent sexuality: Behavior and meaning*. Faculty Publications, Department of Psychology, p. 245, 2003.

CROSSON-TOWER, C. *Why are educators so important in the lives of abused and neglected children. When children are abused: An educator’s guide to intervention*, p. 3-7, 2002.

CROSSON-TOWER, C. *Quando crianças são abusadas: um guia para educado-*

res de intervenção. College Division, Allyn & Bacon, Inc., 75 Arlington Street, Suite 300, Boston, MA 02116. Site: [http:// www.ablongman.com](http://www.ablongman.com)., 2002.

DAVIS, M. K.; GIDYCH, C. A. Child sexual abuse prevention programs: A meta-analysis. *Journal of clinical child psychology*, v. 29, n. 2, p. 257-265, 2000.

DYSON, S. Famílias e Educação em Sexualidade. In: JAMES, J.; PONZETTI, Jr. (Ed.). *Evidence-based Approaches to Sexuality Education. A global perspective*. New York: Routledge, 2016.

ECHEBURÚA, E; GUERRICAECHEVARRÍA, C. Abuso sexual en la infancia: víctimas y agresores. Un enfoque clínico. Editorial Ariel, 2000.

ECKENRODE, J.; LAIRD, M.; DORIS, J. School performance and disciplinary problems among abused and neglected children. *Developmental psychology*, v. 29, n. 1, p. 53, 1993.

ELIA, J. P; TOKUNAGA, J. Sexuality Education: Implications for Health, Equity, and Social Justice in the United States. *Health Education*, v. 115, n. 1, 105-120, 2015. Disponível em < <https://eric.ed.gov/?id=EJ1054053>> Acesso em: 26 nov. 2020.

FINKELHOR, D. Um manual sobre abuso sexual infantil. Newbury Park, CA. New York, NY: Free Press. 2012.

FINKELHOR, D; JONES, L.M. Have Sexual Abuse and Physical Abuse Declined Since the 1990s?. 2012.

FORTENBERRY, J. D. Sexual learning, sexual experience, and healthy adolescent sex. 2014.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002

GOLDFARB, E. S.; CONSTANTINE, N. A. Sexuality education. *Encyclopedia of adolescence*, v. 2, p. 322-331, 2011.

HALSTEAD, M.; REISS, M. Values in sex education: From principles to practice. Routledge, 2003.

HÉBERT, M. et al. Proximate effects of a child sexual abuse prevention program in elementary school children. *Child abuse & neglect*, v. 25, n. 4, p. 505-522, 2001.

JOHNSON, D. W.; JOHNSON, R. T. Promoting safe educational and community environments. 1999.

KENNY, M. C. Child abuse reporting: Teachers' perceived deterrents. *Child abuse & neglect*, v. 25, n. 1, p. 81-92, 2001.

LEITER, J.; JOHNSON, M. C. Child maltreatment and school performance. *American journal of education*, v. 102, n. 2, p. 154-189, 1994.

LOVEGROVE, B.; SHERWIN, J. Sex education policy. 2013.

MTDFT. *Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: identificação e enfrentamento*. 1 ed. Brasília: MPDFT, 2015. Disponível em <https://www.mpdft.mp.br/portal/pdf/imprensa/cartilhas/cartilha_violenca_contra_crianças_adolescentes_web.pdf> Acesso em: 10 set. 2020.

_____. *Aprendendo a prevenir: orientações para o combate ao abuso sexual contra crianças e adolescentes*. Brasília: Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude, 2006. Disponível em <https://www.mpdft.mp.br/portal/pdf/imprensa/cartilhas/cartilha_aprendendo_a_prevenir.pdf> Acesso em: 20 dez. 2020.

PARIZ, J.; MENGARDA, C. F.; FRIZZO, G.B. A atenção e o cuidado à gravidez na adolescência nos âmbitos familiar, político e na sociedade: uma revisão da literatura. *Saúde e Sociedade*, v. 21, n. 3, p. 623-636, 2012. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v21n3/09.pdf>> Acesso em: 30 mar. 2021.

PEREDA, N. et al. The prevalence of child sexual abuse in community and student samples: A meta-analysis. *Clinical psychology review*, v. 29, n. 4, p. 328-338, 2009.

PONZETTI, J. J. Sexuality education: Yesterday, today, and tomorrow. Evidence-based approaches to sexuality education: A global perspective, p. 1-14, 2016.

SACRAMENTO, E. *Infância Violada: orientações de enfrentamento ao abuso se-*

xual infantil. 2020. Disponível em<https://www.neca.org.br/wp-content/uploads/Inf%C3%A2ncia-Violada-2020._160520150504.pdf> Acesso em: 24 jan. 2021.

SANTOS, B.R. Guia escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Seropédica, RJ: EDUR, 2011. Disponível em<<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000016936.pdf>> Acesso em> 20 jan. 2021.

SCHERER, C. C.; MACHADO, D. S.; GAUER, G. J. Uma violência obscura: abuso sexual. Filhos & vítimas do tempo da violência, p. 32-44, 2003.

SEDU. Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo. Regimento comum das escolas da rede estadual de ensino do Estado do Espírito Santo. Vitória: SEDU, 2010. Disponível em<https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/Regimento_sedu1-2.pdf> Acesso em: 10 mar. 2021.

SILVERIO MARQUES, S. Developmentally Appropriate Sexuality Education: Theory, Conceptualization, and Practice. 2014. Tese de Doutorado. UC Berkeley.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). UN Study on Violence Against Children. 2006. Disponível em< <https://violenceagainstchildren.un.org/content/un-study-violence-against-children>> Acesso em: 22 nov. 2020.

_____. Report of the Consultation on Child Abuse Prevention. Geneva: WHO, 1999. Disponível em< <https://apps.who.int/iris/handle/10665/65900>> Acesso em: 11 set. 2020.

ZIMMERMAN, J. Too hot to handle: A global history of sex education. Princeton University Press, 2016.

SPAZIANI, R. B.; MAIA, A. C. B. Educação para a sexualidade e prevenção da violência sexual na infância: concepções de professoras. Revista Psicopedagogia, v. 32, n. 97, 2015, p. 71-71. Disponível em< <http://www.revistapsicopedagogia.com.br/detalhes/56/educacao-para-a-sexualidade-e-prevencao-da-violencia-sexual-na-infancia--concepcoes-de-professoras>> Acesso em: 30 mar. 2021.